

EXEMPLAR ÚNICO.



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII- Nº 091

QUINTA-FEIRA, 29 DE MAIO DE 1997

BRASÍLIA - DF

EXEMPLAR ÚNICO

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES

Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA

Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA

Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 69ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 28 DE MAIO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 301, de 1997-CN (nº 603/97, na origem), encaminhando o Projeto de Lei nº 4, de 1997-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de R\$33.862.500,00 (trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), para os fins que especifica. À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sendo fixado calendário para sua tramitação. 10660

1.2.2 – Avisos do Ministro de Estado da Fazenda

N.os 411 e 412/97, de 23 do corrente, encaminhando as informações referentes aos Requerimentos n.os 250 e 238, de 1997, dos Senadores Romero Jucá e Ernandes Amorim, respectivamente. 10665

1.2.3 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Recurso nº 4, de 1997, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1993 (nº 6.221/85, na Casa de origem), que estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas. Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1993. 10665

Recebimento de expediente do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, encaminhando cópia do Regimento Interno da Seção Brasileira daquela Comissão. 10665

Termino do prazo, ontem, sem apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1996-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que veda a contratação por estes públicos dos serviços que menciona e dá outras providências. 10667

Término do prazo, ontem, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação pelo Plenário, das seguintes matérias: 10667

Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que escalona o prazo para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências, apreciado conclusivamente pela Comissão de Assuntos Econômicos. **Ao arquivo.** 10667

Projeto de Lei do Senado nº 315, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que obriga o ressarcimento do Sistema Único de Saúde pelo atendimento prestado a associados, beneficiários e segurados de empresas gerenciadoras, intermediadoras ou operadoras de planos de saúde e seguro saúde, apreciado conclusivamente pela Comissão de Assuntos Sociais. **Ao arquivo.** 10667

Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1997, de autoria do Senador Roberto Freire, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências, apreciado conclusivamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **À Câmara dos Deputados.** 10667

Arquivamento definitivo, sem que tenha sido interposto recurso em contrário, das seguintes matérias: 10667

Proposta da Emenda à Constituição nº 62, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador Ademir Andrade, que suprime a alínea b do inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal. 10667

Proposta da Emenda à Constituição nº 66, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que dá nova redação aos Incisos III e IV do art. 37 da Constituição Federal. 10667

Proposta da Emenda à Constituição nº 20, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Totó Cavalcante, que altera a nomenclatura de Vereador para Deputado Municipal, constante nos arts. 14 e 29 da Constituição Federal e arts. 4º, 5º e 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 10667

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR COUTINHO JORGE – Encontro de S. Exa. com o Ministro da Reforma Agrária e Amazônia Legal, Dr. Raul Jungmann, tendo em vista as ações do governo na área conflituosa do sul e sudeste do Pará. 10667

SENADOR ROBERTO FREIRE – Considerações sobre o término de prazo sem interposição de recurso ao Projeto de Lei do Senado nº

24, de 1997, de autoria de S. Exa., que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências (nepotismo), aprovado conclusivamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 10670

SENADOR EDUARDO SUPPLY – Congratulando-se com o Deputado Almino Affonso pelo seu gesto de renúncia à relatoria da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, por considerá-la inadequada para apurar a denúncia de compra de votos pró-reeleição. Aumento da taxa de desemprego em São Paulo. Encaminhamento ao Ministro Pedro Malan, da Fazenda, de correspondência recebida do Sr. Euclydes Ribeiro de Souza, Presidente da Associação dos Investidores da Coroa S/A, reivindicando o ressarcimento dos valores aplicados no grupo Coroa S/A, cuja falência foi decretada em 25-1-93. Registro de respostas do Ministro Zenildo Zoroastro de Lucena, do Exército, sobre a operação em Curaçao do Alfa, e do Ministro Lélvio Viana Lôbo, da Aeronáutica, sobre repetição de marcha ofensiva aos direitos humanos, durante treinamento militar. 10671

SENADOR GILVAM BORGES – Proposta de diminuição da representação das bancadas dos Estados do Norte, a partir do escândalo da venda de votos por parlamentares acreanos. Repudiando matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, intitulada "Um Camelódromo Gigante à Margem do Amazonas", que faz críticas a áreas de livre comércio do Estado do Amapá. Leitura de matéria publicada no jornal **Diário do Amapá**, contrária à campanha difamatória contra àquele Estado. 10678

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA, como Líder – Regozijo pela afirmação do Ministro da Indústria, do Comércio e do Turismo, Sr. Francisco Dornelles, de que dois projetos automotivos de interesse do Estado de Tocantins, instalação de uma fábrica de caminhão leves e, também, a implantação de uma fábrica de tratores, seriam aprovados dentro das premissas ora vigentes para os *new commerce*. 10681

SENADOR VALMIR CAMPELO – Referências a manifestação do Presidente do Congresso Nacional, Sr. Antonio Carlos Magalhães, por ocasião da sessão comemorativa do centenário da Academia Brasileira de Letras. Apoio à indicação da candidatura do escritor Adirson Vasconcelos, radicado em Brasília, para ocupar uma vaga na Academia Brasileira de Letras. 10682

SENADORA BENEDITA DA SILVA – Comemoração, hoje, do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher e do Dia Nacional de Re-

dução da Mortalidade Materna. Premência na adoção de políticas públicas de saúde. 10683

SENADOR PEDRO SIMON – Propondo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, logo após aprovada a emenda da reeleição pelo Senado, envie à Câmara dos Deputados uma outra proposta de emenda à Constituição, submetendo-a ao referendo popular, legitimando o processo da reeleição. Solicitando ao Presidente em exercício do Senado Federal, Sr. Geraldo Melo, que entregue carta de S. Exa. ao Presidente da República, defendendo referendo popular para a reeleição. 10686

SENADOR GERALDO MELO – Resposta ao Senador Pedro Simon e posicionando-se contrariamente ao referendo para a reeleição. 10691

1.2.5 – Requerimento

Nº 376, de 1997, de autoria do Senador José Serra, solicitando que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57, de 1997, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que estende o benefício do seguro-desemprego aos condenados egressos do Sistema Penitenciário e dá outras providências, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos. 10692

1.2.6 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADORA EMÍLIA FERNANDES – Comentando matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, no último dia 26 e em **O Globo** de hoje, na coluna do jornalista Ricardo Boechat, sobre a dificuldade da Comissão de Educação do Senado Federal em se reunir, pela ausência de seus membros, deixando, assim, de discutir os importantes temas da educação em nosso País. . 10692

SENADOR LAURO CAMPOS – Solidariedade ao pronunciamento do Senador Pedro Simon, no qual sugere ao Presidente da República que apresente proposta de emenda constitucional estabelecendo o referendo popular, para legitimar o processo da reeleição. Prioridade do governo federal em socorrer os bancos falidos, prejudicando investimentos na área social. 10694

SENADOR EDISON LOBÃO – Próxima realização de Sessão Especial da Assembleia das Nações Unidas, no período de 23 a 27 de junho, para avaliar os resultados da ECO-92, Conferência das Nações Unidas sobre meio ambiente, realizada na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. 10697

SENADOR SEBASTIÃO ROCHA – Abordando assunto tratado no pronunciamento do Senador Gilvam Borges, contestando a veracidade das matérias veiculadas nos jornais de circulação nacional, que fazem uma avaliação de-

preciativa das zonas de livre comércio das cidades de Macapá, Santana e Laranjal do Jari. Ações impetradas na justiça de Brasília pelo Bloco Parlamentar (PDT/PT/PCdoB/PSB) da Câmara dos Deputados. Elogios ao posicionamento do Deputado Almino Affonso, que recusou a relatoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara dos Deputados, na investigação de compra e venda de votos pró-reeleição. Transcrição da entrevista do Professor de Ética e Filosofia Política da Universidade de Campinas – UNICAMP, Sr. Roberto Romano, publicada no jornal **Correio Braziliense** de domingo passado, intitulada "Fernando Henrique tornou-se refém do Legislativo". 10699

1.2.7 – Comunicações da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão solene conjunta no dia 3 de junho próximo, às 10 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada a homenagear Sua Majestade o Impera-

dor do Japão, estando inscritos como oradores o Senador Jäder Barbalho e o Deputado Antônio Ueno. 10705

Lembrando ao Plenário a realização de sessão não deliberativa na próxima sexta-feira, às 9 horas. 10705

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – MESA DIRETORA

3 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

4 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

5 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 69ª Sessão Não Deliberativa em 28 de maio de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs. Geraldo Melo, Lauro Campos e Edison Lobão

(Inicia-se a sessão às 14h e 30min.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 301, DE 1997-CN (Nº 603/97, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, o texto do projeto de lei que “Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de R\$ 33.862.500,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 27 de maio de 1997.



Fernando Henrique Cardoso.

EM nº 043 /MPO

Brasília, 21 de maio de 1997.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

O Gabinete do Ministro Extraordinário de Política Fundiária encaminha solicitação de crédito especial, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, para atender a despesas de ações de reforma agrária, até o limite de R\$ 33.862.500,00 (trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

2. O Governo Brasileiro está mantendo entendimentos com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, com vistas à contratação de empréstimo externo destinado ao financiamento de Projeto Piloto de Reforma de Terra e Atenuação de Pobreza. O mencionado empréstimo prevê gastos da ordem de US\$ 150,000,000 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos), e será executado no período de 1997 a 1999. Do total previsto, o BIRD financiará US\$ 90,000,000 (noventa milhões de dólares norte-americanos), e o Governo Federal aportará o equivalente a US\$ 45,000,000 (quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos) como contrapartida nacional, cabendo aos Estados participantes do projeto complementar os restantes US\$ 15,000,000 (quinze milhões de dólares norte-americanos).
3. O objetivo do projeto é apoiar formas descentralizadas de acesso à terra, com financiamento de projetos comunitários participativos, elaboração de estudos e avaliação de impactos sócio-econômicos, visando a identificar alternativas de mais baixo custo para o assentamento de trabalhadores rurais.
4. Os Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais, participantes do Projeto supracitado, comprometem-se a colaborar com o BIRD e o INCRA na aquisição direta de terras e na elaboração de estudos de impacto e efeitos econômicos em nível das famílias. A meta é o assentamento de 5.000 famílias/ano.
5. Os recursos relativos à contrapartida do Governo Federal serão oriundos do próprio orçamento do INCRA.
6. Para o corrente exercício, o Projeto prevê aplicações de parte do empréstimo no montante de R\$ 32.340.000,00 (trinta e dois milhões, trezentos e quarenta mil reais), e o restante, no valor de R\$ 1.522.500,00 (um milhão, quinhentos e vinte e dois mil e quinhentos reais), destina-se à cobertura de despesas com amortização e encargos de financiamentos.
7. O programa de trabalho constante do presente Projeto de Lei não está previsto na Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997, razão pela qual faz-se necessária a abertura de crédito especial.
8. Cumpre ressaltar que o crédito em questão encontra-se em conformidade com o art. 43, § 1º, inciso IV, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecendo, assim, às prescrições contidas no art. 167, inciso VI, da Constituição.
9. Nessas condições, este Ministério manifesta-se favoravelmente ao atendimento da presente solicitação, razão pela qual submeto à elevada deliberação de Vossa Excelência o anexo Projeto de Lei, que visa a autorizar a abertura do referido crédito especial.

Respeitosamente,


ANTONIO KANDIR
Ministro de Estado do
Planejamento e Orçamento

**ANEXO À EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS DO MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO**

Nº 043 DE 21 / 05 /97.

1. Síntese do problema ou da situação que reclama providências:

Contrato de empréstimo externo entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento, com o objetivo de fortalecer as ações de Reforma Agrária nos Estados do Ceará, Maranhão, Pernambuco, Bahia e Minas Gerais

2. Solução e providências contidas no ato normativo ou na medida proposta:

Projeto de Lei de abertura de crédito especial.

3. Alternativa existente às medidas ou atos propostos:

A alternativa proposta é a adequada para o caso em questão.

4. Custos:

Crédito especial até o limite de R\$ 33.862.500,00 (trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais).

5. Razões que justificam a urgência:**6. Impacto sobre o meio ambiente:**

Não há.

7. Alterações propostas: (a ser preenchido somente no caso de alteração de Medidas Provisórias)

Texto atual

Texto proposto

8. Síntese do parecer do órgão jurídico:

PROJETO DE LEI Nº 4, DE 1997-CN

Autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de R\$ 33.862.500,00, para os fins que especifica.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir ao Orçamento Fiscal da União, de que trata a Lei nº 9.438, de 26 de fevereiro de 1997, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito especial até o limite de R\$ 33.862.500,00 (trinta e três milhões, oitocentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no artigo anterior são decorrentes de contratação de operação de crédito, firmada entre a União e o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, e do cancelamento parcial de dotações indicado no Anexo II, no montante especificado.

Art. 3º Em consequência do disposto no art. 1º, fica alterada a receita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, conforme demonstrado no Anexo III desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília.

49000 - GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

R\$ 1,00

CREDITO ESPECIAL

ANEXO I

PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S O D	M F D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO				33.862.500		1.922.500	5.415.000	26.925.000			
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				1.922.500		1.922.500					
DIVISÃO FINANCEIRA				1.922.500		1.922.500					
04.1004.0014.2027				1.922.500		1.922.500					
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO											
EXPRESSÃO DAS DESPESAS CONTABILIZADAS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERNOS E/OU EXTERNOS											
04.1004.0014.2027.0001				1.922.500		1.922.500					
AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO				1.922.500		1.922.500					
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA				32.340.000			5.415.000	26.925.000			
DEFINIR AGRÁRIA				32.340.000			5.415.000	26.925.000			
04.013.0006.3468				32.340.000			5.415.000	26.925.000			
FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA											
APOIAR AS FORMAS DESCENTRALIZADAS DE ACESSO A TERRA, COM FINANCIAMENTO DE PROJETOS COMUNITÁRIOS PARTICIPATIVOS, VISANDO A AQUISIÇÃO DE TERRAS, CONSTRUÇÃO OU MELHORIA DO FORNECIMENTO RURAL DE ÁGUA, LUZ, ESTRADAS LOCAIS, ESCOLAS, POSTOS DE SAÚDE, EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS, SISTEMA DE IRRIGAÇÃO E MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, PLANEJAMENTO, ESTUDOS, AVALIAÇÃO DE IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS, COM VISTAS A IDENTIFICAR ALTERNATIVAS DE MAIS BAIXO CUSTO PARA O ASSENTAMENTO DE TRABALHADORES RURAIS											
FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 10.000											
04.013.0006.3468.0001				3.045.000			3.045.000				
LEVANTAMENTO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DE ESTUDOS				2.800.000			2.800.000				
FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 5.000				2.800.000			2.800.000				
				845.000			845.000				
				845.000			845.000				
04.013.0006.3468.0002				5.859.000			474.000	5.385.000			
AÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO CEARÁ				30.000				30.000			
FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 1.000				30.000				30.000			
				5.829.000			474.000	5.355.000			
				5.829.000			474.000	5.355.000			
04.013.0006.3468.0003				5.859.000			474.000	5.385.000			
AÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DO MARANHÃO				30.000				30.000			
FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 1.000				30.000				30.000			
				5.829.000			474.000	5.355.000			
				5.829.000			474.000	5.355.000			
04.013.0006.3468.0004				5.859.000			474.000	5.385.000			
AÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE PERNAMBUCO				30.000				30.000			
FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 1.000				30.000				30.000			
				5.829.000			474.000	5.355.000			
				5.829.000			474.000	5.355.000			

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
04 013 0066 3468 0005 AÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DA BAHIA FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 1.000	F	30	148	\$ 829 000 30 000 30 000 \$ 829 000			474 000	\$ 385 000 30 000 30 000 \$ 385 000			
04 013 0066 3468 0006 AÇÕES DE REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE MINAS GERAIS FAMÍLIA ASSISTIDA (UNIDADE) * 1.000	F	30	148	\$ 829 000 30 000 30 000 \$ 829 000			474 000	\$ 385 000 30 000 30 000 \$ 385 000			
TOTAL FISCAL				33 862 500		1 522 500	\$ 415 000	28 925 000			

AS QUANTIDADES DAS METAS REPRESENTAM SUA POSIÇÃO ATUAL

71000 - ENCARGOS FINANCEIROS DA UNIÃO
71101 - RECURSOS SOB SUPERVISÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

R\$ 1,00

ANEXO II

CRÉDITO ESPECIAL

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

ESPECIFICAÇÃO	E S F	M O D	FTE	TOTAL	PESSOAL E ENC. SOCIAIS	JUROS E ENC. DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. CORRENTES	INVESTIMENTOS	INVERSÕES FINANCEIRAS	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	OUTRAS DESP. DE CAPITAL
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				1 522 500		1 522 500					
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA				1 522 500		1 522 500					
DÍVIDA INTERNA				1 522 500		1 522 500					
03 006 0033 2027 AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DE FINANCIAMENTO				1 522 500		1 522 500					
(CUMPRIR CLAUSULAS CONTRATUAIS DE PAGAMENTO DE AMORTIZAÇÃO, JUROS, COMISSÕES E OUTRAS DESPESAS DECORRENTES DE EMPRÉSTIMOS INTERIORS E/OU EXTERNOS)											
03 006 0033 2027 0186 DIV. UNIÃO JTO BRAS AMERICAN MERCHANT BANK-SUB INT DO BR DEC EQUALIZ TXS EM OPS DA JARI CELULOSE SA-MP 1504/96	F	30	148	1 522 500 1 522 500 1 522 500		1 522 500 1 522 500 1 522 500					
TOTAL FISCAL				1 522 500		1 522 500					

ANEXO III

ANEXO

ACRESCIMO

49000 - GABINETE DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA

RECEITA

RECURSOS DE TODAS AS FONTES E TRANSFERÊNCIAS

(R\$ 1,00)

ESPECIFICAÇÃO	ESF.	DESDOBRAMENTO	FONTE	CATEGORIA ECONOMICA
2000.00.00 RECEITAS DE CAPITAL	FIS			33862500
2400.00.00 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	FIS		33862500	
2410.00.00 TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	FIS		33862500	
2411.01.29 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DE TÍTULOS DE RESPONSABILIDADE DO TESOURO NACIONAL	FIS	1522500		
2411.01.30 TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	FIS	32340000		
TOTAL FISCAL				33862500

(À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A mensagem que acaba de ser lida encaminha o Projeto de Lei nº 4, de 1997-CN, e será despachada à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 2, de 1995-CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 2/6 publicação e distribuição e avulsos.

Dia 10/6 prazo final para apresentação de emendas.

Até 15/6 publicação e distribuição de avulsos das emendas.

Até 25/6 encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Valmir Campelo, prosseguirá na leitura do Expediente.

São lidos os seguintes:

AVISOS

DO MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA

Nºs 411 e 412/97, de 23 do corrente, encaminhando as informações referentes aos Requerimentos nºs 250 e 238, de 1997, respectivamente, dos Senadores Romero Jucá e Ernandes Amorim.

As informações foram remetidas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Os avisos lidos vão à publicação.

A Presidência comunica ao Plenário que recebeu o Recurso nº 4, de 1997, interposto no prazo regimental, no sentido de que seja submetido ao Plenário o Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1993 (nº 6.221/85, na Casa de origem), que estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícolas.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, para recebimento de emendas, de acordo com o disposto no art. 235, II, "c", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

É o seguinte o Recurso recebido:

RECURSOS Nº 4, DE 1997

Nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, solicito que o PLC/42/93, que estabelece medidas preventivas de proteção ao trabalho dos tripulantes de aeronaves de serviços agrícola-

las, tenha sua tramitação examinada pelo Plenário do Senado.

Sala das Sessões, 28 de maio de 1997. – **José Eduardo Dutra – Eduardo Suplicy – Marina Silva – Benedita da Silva – Sebastião Rocha – Emília Fernandes – Roberto Freire – Ademir Andrade.**

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência recebeu, do Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, expediente encaminhando cópia do Regimento Interno da Seção Brasileira daquela Comissão, que vai à publicação.

É o seguinte o expediente recebido:

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTO DO MERCOSUL (Seção Brasileira)

REGIMENTO INTERNO DA SEÇÃO BRASILEIRA DA COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA

Art. 1º Fica constituída a Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta prevista pelo item IV, Artigo 1º, do Protocolo de Ouro Preto, (aprovado pelo Congresso Nacional na forma do Decreto Legislativo nº 49, de 1995.)

Art. 2º A Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta compor-se-á de 8 (oito) Senadores e 8 (oito) Deputados, e igual número de Suplentes, obedecidos os critérios da proporcionalidade partidária e da representatividade regional, incluindo-se sempre um representante da Minoria, se a proporcionalidade não lhe der representação.

Parágrafo único. Para dar cumprimento à meta da representatividade regional na Seção Brasileira, participação da mesma, pelo menos, 4 parlamentares representantes de cada das regiões do País, a saber: Norte, Nordeste, Centro Oeste, Sudeste e Sul.

Art. 3º Os membros da Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta serão designados pelo Presidente do Senado mediante indicação das lideranças.

Parágrafo único. Se os Líderes não fizerem a indicação, a escolha caberá ao Presidente.

Art. 4º A Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta contará com um Presidente, um Vice-Presidente, um Secretário-Geral e um Secretário-Geral Adjunto, que constituirão a sua Mesa Diretora, conforme preceitua o Artigo 17 do Regimento Interno da Comissão Parlamentar Conjunta, aprovado em Assunção, em 3 de agosto de 1995.

§ 1º O Presidente e o Secretário-Geral da Seção Brasileira pertencerão a Casas diferentes do Congresso Nacional.

§ 2º A Seção Brasileira poderá eleger um Presidente de Honra, no intuito de prestar homenagem a figuras de proeminência na história da integração da América Latina, as quais tenham contribuído de forma decisiva para a realização do ideal integracionista.

Art. 5º A Mesa Diretora terá mandato de dois anos, cujo início coincidirá com o início de cada Legislatura.

Parágrafo único. As duas Casas do Congresso Nacional, Senado e Câmara, alternar-se-ão no exercício da Presidência e da Secretaria-Geral.

Art. 6º A Mesa Diretora será eleita em reunião ordinária, pelo voto da maioria simples dos membros presentes.

Art. 7º À Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta competirá:

a) acompanhar a marcha do processo de integração regional estabelecido pelo Mercosul e manter o Congresso Nacional e a sociedade civil informados a esse respeito. Para tanto, a Seção Brasileira da CPC promoverá audiências públicas, seminários, e patrocinará publicações, com a finalidade de veicular, da forma mais ampla possível, a informação concernente à implantação do Mercosul;

b) contribuir, através da realização dos estudos pertinentes, para a harmonização das legislações dos Estados Partes do Mercosul;

c) acompanhar, oferecendo os necessários subsídios técnicos, os procedimentos constitucionais referentes à internalização, no ordenamento jurídico brasileiro, das normas emanadas dos órgãos do Mercosul;

d) celebrar convênios de cooperação com organismos públicos e privados, nacionais, internacionais, ou supranacionais.

Art. 8º A Seção Brasileira contará com as seguintes Subcomissões conforme determina o Artigo 4 do Regimento Interno da Comissão Parlamentar Conjunta:

1. de Assuntos Comerciais, de Assuntos Aduaneiros, Fronteiriços e Normas Técnicas;

2. de Coordenação de Políticas Macroeconômicas, de Políticas Fiscais e Monetárias;

3. de Política Energética, de Transporte, Comunicações e de Serviços;

4. de Política Industrial, Agrícola e Tecnológica;

5. de Políticas Trabalhistas, de Seguridade Social, de Política Social e Saúde, Desenvolvimento Humano e de Gênero;

6. de Meio Ambiente e População;

7. de Relações Institucionais, Segurança, Direito da Integração e Assuntos Municipais;

8. de Educação e Assuntos Culturais.

Parágrafo único. A Seção Brasileira poderá criar Subcomissões *ad hoc*, sempre que julgar necessário.

Art. 9º As Subcomissões serão compostas por até 4 (quatro) parlamentares sendo preferencialmente 2 (dois) Senadores e 2 (dois) Deputados, e levando-se em conta a necessária representatividade regional e partidária.

Art. 10. Às Subcomissões competirá acompanhar as reuniões de coordenação, no âmbito nacional, e as reuniões quadripartites, realizadas pelos demais órgãos do Mercosul, tais como os Subgrupos de Trabalho e Reuniões Especializadas.

Art. 11. As reuniões da Seção Brasileira se realizarão por convocação do Presidente, pelo menos duas vezes ao mês.

Parágrafo único. A Mesa Diretora poderá realizar reuniões semanais.

Art. 12. No intuito de manter-se inteirada do andamento do processo de integração, e para obter uma efetiva coordenação entre a Seção Brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta e os órgãos negociadores do Mercosul, a Mesa Diretora realizará, no mínimo, uma reunião mensal com representantes do Ministério das Relações Exteriores, a qual será aberta a todos os membros da Seção Brasileira.

Art. 13. Com antecedência mínima de duas semanas anteriores à realização das Reuniões Quadripartites da Comissão Parlamentar Conjunta, os membros da Seção Brasileira apresentarão, em reunião ordinária, as propostas de Recomendações e Resoluções a serem encaminhadas pela Delegação Brasileira, as quais deverão ser aprovadas pelo voto da maioria dos presentes.

Parágrafo único. Uma vez aprovada no âmbito da Seção Brasileira, as propostas serão encaminhadas à Presidência a **Pro Tempore** da Comissão, para conhecimento e distribuição às outras Seções Nacionais.

Art. 14. Caso em caráter excepcional, sejam apresentadas novas propostas no decorrer da Reunião Quadripartite, estas deverão ser previamente comunicadas ao Chefe da Delegação Brasileira.

Art. 15. Antecedendo à realização das Reuniões Quadripartites da Comissão Parlamentar Conjunta, a Seção Brasileira ouvirá os representantes dos órgãos governamentais brasileiros envolvidos na im-

plantação do Mercosul que farão relato acerca do andamento das negociações.

Art. 16. Ao término de cada Reunião Quadripartite, a Seção Brasileira da CPC encaminhará as Decisões dela emanadas ao Ministério das Relações Exteriores.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Encerrou-se ontem o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1996-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– Projeto de Lei do Senado nº 275, de 1995, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que escalona o prazo para o pagamento da Dívida Pública Mobiliária Federal e dá outras providências;

– Projeto de Lei do Senado nº 315, de 1995, de autoria do Senador Sebastião Rocha, que obriga o ressarcimento do Sistema Único de Saúde pelo atendimento prestado a associados, beneficiários e segurados de empresas gerenciadoras, intermediadoras ou operadoras de planos de saúde e seguro saúde; e

– Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1997, de autoria do Senador Roberto Freire, que proíbe a nomeação de parentes para cargos em comissão e dá outras providências.

As matérias foram apreciadas conclusivamente pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais.

O Projeto de Lei do Senado nº 24, de 1997, aprovado, vai à Câmara dos Deputados; o de nº 315, de 1995, prejudicado, e o de nº 275, de 1995, rejeitado, vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo das seguintes matérias:

– Proposta de Emenda à Constituição nº 62, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador

Ademir Andrade, que suprime a alínea "b" do Inciso II do § 3º do art. 166 da Constituição Federal;

– Proposta de Emenda à Constituição nº 66, de 1995, tendo como primeiro signatário o Senador José Roberto Arruda, que dá nova redação aos Incisos III e IV do art. 37 da Constituição Federal; e

– Proposta de Emenda à Constituição nº 20, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Totó Cavalcante, que altera a nomenclatura de Vereador para Deputado Municipal, constante nos arts. 14 e 29 da Constituição Federal e arts. 4º, 5º e 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge, por 20 minutos, por cessão do Senador Carlos Patrocínio.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ontem, no final da tarde, estivemos participando de um encontro com o Ministro da Reforma Agrária, Sr. Raul Jungmann, acompanhado do Deputado Federal Giovanni Queiroz, quando tivemos oportunidade de discutir com S. Ex^a as ações do Governo Federal para a área conflituosa do sul e sudeste do Pará, e, sobretudo, definir a visita de S. Ex^a brevemente àquele local. Na ocasião, ele assinará uma série de atos importantes em favor da efetivação da reforma agrária, dos programas e políticas agrárias para aquela região.

Sobre isso gostaríamos de tecer algumas breves e sucintas considerações. Não temos dúvida de que o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tem obtido vitórias importantes na área econômica e nas áreas das reformas constitucionais e estruturais em favor do desenvolvimento brasileiro. Mas existem certas áreas ou setores onde Sua Excelência tem que concentrar esforços grandiosos para superar problemas graves que afligem a sociedade nacional.

E uma dessas questões graves, que reflete uma problemática econômica e social, é a reforma agrária, tanto que a sociedade hoje se organiza e luta em favor da efetivação dessa reforma.

Todos sabemos que, desde 1964, quando da edição do Estatuto da Terra, muitos Governos passaram, muitas decisões foram tomadas, mas a problemática da reforma agrária não teve um encaminhamento definitivo, a não ser pontual, em regiões do País.

Acreditamos, hoje, que cabe ao Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso tomar decisões firmes e importantes para resolver, de forma definitiva, a problemática da terra no Brasil.

Quero tecer algumas considerações sobre uma das áreas mais conflituosas deste País, senão aquela em que o problema agrário cria mais conflitos – as regiões sul e sudeste do Estado do Pará. Trata-se de uma região pioneira, de uma fronteira agrícola importante, onde brasileiros de outras plagas, derrubando a floresta, implantaram projetos agrícolas e sobretudo pecuários. A partir principalmente da década de 70, muitas fazendas, extensas fazendas foram implantadas, mas, ao lado disso, conflitos agrários começaram a crescer, colimando no grande conflito de Eldorado dos Carajás, no ano passado, quando dezenove sem-terra foram mortos em enfrentamento com a polícia local.

A partir daí, o Governo Federal tomou uma decisão firme com relação àquela área e praticamente federalizou as suas ações naquela região, que envolve dezenas de municípios, que envolve projetos importantes, como Carajás e outros. Em decorrência das potencialidades daquela região, é necessário buscar a pacificação agrária, para que ela possa continuar seu desenvolvimento agrícola, pecuário e industrial. Nesse sentido, foi criada a primeira superintendência especial no Brasil, cuja sede é em Marabá, ligada diretamente ao Ministro; de Brasília, poder-se-ia discutir e tomar decisões em relação àquela área, cheia de conflitos agrários.

É claro que o Governo Federal passou a tomar uma série de decisões importantes. Dentre elas, iniciou um processo sucessivo de desapropriação de grandes fazendas. Para que os Srs. Senadores tenham uma idéia, no meu Estado, a partir de 93, já foram desapropriadas mais de 60 grandes áreas e, particularmente, a partir de 95, durante o Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, praticamente 40 fazendas foram desapropriadas, inclusive a Fazenda Macaxeira, onde ocorreu o conflito de Eldorado. Outras estão em fase de desapropriação. Uma grande fazenda, a Bradesco, em Conceição do Araguaia, deverá ter os decretos finais completados ainda no decorrer deste ano.

Sabemos que a solução da reforma agrária não significa apenas desapropriar terras. Esse é apenas um aspecto da questão. Ela necessita de um conjunto de outras medidas, de outras políticas para viabilizar o assentamento dos colonos nessas áreas desapropriadas; precisa de rodovias para escoar a

produção; precisa das estradas vicinais, de educação, de saúde, para que o colono não receba a sua terra e, pouco tempo depois, por falta de apoio e de infra-estrutura, tenha de vendê-la e de tornar-se mais um sem-terra na cidade, a gerar problemas econômicos e sociais graves para a região.

Para se efetivar uma reforma agrária, é necessário, sobretudo, assistência técnica do especialista em agropecuária para assessorar o plantio, orientar o produtor em relação ao que deve fazer e como fazer, em prol da real produtividade do solo. Em função disso, é claro que ele produzirá a cultura certa, plantará no momento correto e, com isso, obterá o sucesso necessário à sua lavoura, à sua pequena pecuária, não tenho dúvida nenhuma.

Porém, ele ainda precisa da assistência creditícia, completando um ciclo indispensável para que se efetive realmente uma reforma agrária realista, sem os discursos bonitos; uma reforma agrária de pé no chão, operacional, que funcione na realidade. Nesse sentido, busca-se para aquela região uma reforma agrária que fuja do discurso, a fim de que sua implementação seja viabilizada de fato.

Os prefeitos daquela região, que envolve mais de três dezenas de grandes municípios, em reunião, em janeiro, através da Associação dos Municípios do Araguaia-Tocantins, junto ao Incra, discutiram uma estratégia global, visando sobretudo à participação efetiva dos municípios na reforma agrária daquela região. Significa dizer, na prática, municipalizar a reforma agrária, co-responsabilizar os municípios, co-responsabilizar a região em favor de uma solução prática e objetiva, não delegando simplesmente ao Governo Federal, em Brasília, as decisões importantes em favor da solução desse problema tão difícil.

Realmente, foi uma atitude corajosa e consciente dos prefeitos. Participamos desse encontro desde janeiro; acompanhamos **pari passu** junto ao Incra, junto ao Ministro Jungmann, junto a outros Parlamentares a viabilização dessa tese de municipalização, que envolve vários atores no processo, a fim de que a reforma agrária, objeto de muitos discursos, seja realizada em várias partes do Brasil. Queremos fazer uma reforma agrária realista, viável e possível.

Por isso, a partir de janeiro, junto com o Ministério da Reforma Agrária e do Incra, começou a ser desenhado o modelo em que os municípios criariam conselhos municipais de reforma agrária, dos quais o Incra, os Prefeitos, a Câmara, a Associação de Produtores Rurais, o Movimento dos Sem-Terra, os

produtores rurais, os empresários da área agrícola, os vários segmentos da assistência técnica pudessem participar; não seria em caráter deliberativo, mas consultivo.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o objetivo desses conselhos seria discutir as possíveis áreas a serem desapropriadas e também definir os sem-terra aptos a assumir os lotes a serem definidos pelo Governo Federal em conjunto com o Estado e o Município.

Irei ao sul do Pará e, na próxima sexta-feira, deveremos fechar as linhas básicas desses conselhos municipais, assessorados pelo INCRA, para que possam ser aprovados nas Câmaras de Vereadores e ter a legalidade indispensável para que tenham autoridade de ajudar e colaborar na efetiva reforma agrária daquela região.

Além disso, a idéia de municipalização não implica só criar conselhos, mas a participação das prefeituras como parceiras efetivas dos investimentos nos assentamentos, como a implantação de estradas vicinais, de escolas, de postos de saúde, por exemplo. As prefeituras daquela região têm custos mais baixos do que o custo médio utilizado pelo INCRA em todo Brasil. Portanto, o próprio Governo Federal teria vantagens, em termos de estrutura de custos, com a participação interessada e efetiva das prefeituras.

Há o compromisso na Associação dos Municípios daquela região de que as prefeituras, com recursos repassados do INCRA, poderiam efetivamente ajudar a implantar esses assentamentos. Já há experiências anteriores nesse sentido. Na verdade, apenas iríamos ampliar essa ação efetiva das prefeituras em favor dos novos assentamentos, considerando, como disse, que uma série de fazendas e de áreas foram recentemente desapropriadas.

Com isso, teríamos custos mais baixos, participação das prefeituras, que teriam a responsabilidade de acompanhar as estradas vicinais, as escolas, os postos de saúde, permitindo que o homem se fixasse efetivamente no campo, produzindo e, ao mesmo tempo, recebendo educação, saúde, enfim, a infra-estrutura necessária. Iríamos fazer um programa simples, concreto de parceria em favor da efetivação da reforma agrária naquela região.

Não temos dúvida nenhuma de que essa forma de municipalização, de parceria, essa forma de co-responsabilização dos Municípios e Estados em relação à problemática da reforma agrária seria a

solução real, possível e viável. Queremos, insisto, sair do discurso para a prática, para a operacionalidade efetiva.

Na reunião de ontem, o Ministro Jungmann definiu que, dentro de 15 dias, estaria na região, assinaria convênios com as prefeituras para os atos de desapropriação de fazendas e garantiria assistência técnica dentro do assentamento, que é um aspecto importante capaz de viabilizar qualquer reforma agrária.

Por isso, o Governo Federal criou o Projeto Lumar. Trata-se de uma inovação mediante a qual os assentamentos, organizados, poderiam contratar especialistas em agronomia, técnicos na área de agropecuária, que iriam viver, morar nos assentamentos. Acredita-se que uma média de cinco técnicos poderiam atender a 300 famílias.

O Incra chegou à conclusão de que não adianta fazer assentamentos no Brasil sem que esses tenham, além dessa infra-estrutura social, orientação técnica permanente que permita viabilizar a produtividade. Dessa forma, fecharíamos o ciclo. Além do mais, há financiamentos específicos em favor da reforma agrária, como o Proterra. Portanto, há uma lógica nesse planejamento em favor de uma região que consideramos a mais difícil, a mais complexa, a maior em problemas agrários do Brasil.

O Sr. Ministro Raul Jungmann, repito, garantiu que dentro de duas semanas estaria naquela região para assinar os atos, definir políticas em favor de uma nova fase de vida para o sul do Pará. Não tenho dúvida de que, implantados dessa forma, com essas variáveis, com esses detalhes, com esses aspectos, há de haver não só a regulamentação da terra, mas o apoio e infra-estrutura econômica, social, técnica e creditícia para que os assentamentos e a produção sejam viáveis. Isso evitaria o abandono da terra pelo colono. Assim poderíamos finalmente minimizar os problemas decorrentes do conflito agrário naquela região.

Esse programa, essa proposta poderia servir de modelo em várias partes deste País. Tenho a satisfação de dizer que acompanhei, de forma determinada, todo o processo dessa tomada de decisão do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais. Juntos, pretendem resolver a problemática agrária da região sul e sudeste do Pará.

O mero discurso sempre é bonito, mas o importante é transformá-lo em prática. É isso que se

quer, é isso que se vai fazer em relação à reforma agrária do sul e sudeste do Pará.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. COUTINHO JORGE – Com todo o prazer.

O Sr. Josaphat Marinho – Não tive o prazer de ouvir o início do seu discurso. Pude, entretanto, perceber a linha geral do seu pronunciamento buscando soluções mais objetivas para o problema agrário. Notei que V. Ex^a louva bastante a idéia da parceria de Estados e Municípios; deu mesmo muito realce à participação dos municípios na solução do problema. Eu lhe perguntaria: de onde virão os recursos municipais para essa atuação nos programas da reforma agrária? Sabemos que eles estão sem recursos. Se o Governo Federal os propiciar, bem; se não os propiciar, como poderão os municípios concorrer efetivamente para a solução do problema agrário?

O SR. COUTINHO JORGE – Senador Josaphat Marinho, V. Ex^a tem toda a razão. Talvez eu não tenha sido muito claro e explícito nas minhas considerações.

Na verdade, já que o Incra é um programa de parceria concreto, realista, pergunto: na prática, o que faz? Juntamente com os municípios, analisa os assentamentos que serão implementados, as rodovias que deverão ser viabilizadas, as unidades de saúde e postos de saúde que deverão ser construídos e ainda analisa aspectos ligados à assistência técnica. Faz-se um cálculo de custo. A prefeitura poderá, se tiver máquinas, utilizá-las, mas o Governo Federal repassará o valor da rodovia, do posto de saúde integralmente à prefeitura. Ela seria um executor fiel, que utilizaria a capacidade local, sem precisar contratar grandes empresas a custos altos. Provou-se que o custo da prefeitura no local é quase 50% abaixo da média nacional. O INCRA ganha com isso, o Governo Federal também, e ainda se pode viabilizar o projeto.

É claro que as prefeituras só poderão executar as obras depois da assinatura de convênios através dos quais se determine o repasse de recursos do INCRA. Por isso mesmo, o Ministro Jungmann, daqui a duas semanas, estará naquela região para, repito, discutir e assinar convênios não só relativos à infraestrutura econômico-social – essa será acompanhada por conselhos municipais que envolvem a sociedade civil, os agentes públicos -, mas também os atos desapropriatórios complementares.

V. Ex^a tem razão. Acho que essa é a única solução. Sem isso, estaríamos diante de uma utopia.

O Sr. Josaphat Marinho – Em resumo, o que V. Ex^a sustenta é que a União entrará com os recursos financeiros?

O SR. COUTINHO JORGE – Perfeitamente. Posso dizer a V. Ex^a que talvez o INCRA, em termos de recursos, é o segmento da União que tem mais...

O Sr. Josaphat Marinho – Espero que o seu entusiasmo e a sua boa vontade possam converter-se em realidade, porque até aqui o que se verifica é que, nos seus próprios programas isolados, a União não cumpre os prazos estabelecidos para o fornecimento do dinheiro. Um exemplo claro: a recuperação da lavoura cacaueteira na Bahia.

O SR. COUTINHO JORGE – Pessoalmente, nobre Senador, estamos acompanhando, juntamente com outros Parlamentares, Governo do Estado e Ministro, o desenrolar dos acontecimentos. Notamos, por parte do Governo Federal, ontem, uma boa vontade imensa em relação às propostas, já que naquela área há uma única superintendência especial federalizada, portanto, há um acompanhamento nosso juntamente com os prefeitos. Até hoje o Governo Federal tem respondido à altura.

Espero que essa idéia seja posta em prática. Quero voltar aqui, depois da visita do Ministro, e dizer: – O Ministro assinou os convênios, cumpriu a palavra; e o Governo Federal está tentando, pelo menos naquela região, solução para a problemática agrária no nosso País.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Freire, para uma comunicação inadiável, pelo prazo de 5 minutos, na forma Regimental.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco-PE. Para comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer da minha satisfação pessoal, e creio que do próprio Senado, porque esgotou-se o prazo previsto no Regimento Interno para que uma decisão da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, pudesse ser questionada e, através de um requerimento, viesse a Plenário a fim de ser votado.

Refiro-me a uma proposta com caráter terminativo que trata da questão do nepotismo, projeto que proíbe e veda a contratação para cargos confiança de parentes até terceiro grau. Essa proposta foi

aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, por unanimidade, tendo o prazo regimental para que um décimo dos Srs. Senadores, se assim o quiserem, tragam a matéria ao Plenário. Esse prazo esgotou-se. E, considerando-se aprovado aquilo que aprovado havia sido na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, esse projeto será enviado à Câmara dos Deputados.

Não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que é isso que a Nação está esperando. É um abuso. Se não houvesse essa prática constante, que, infelizmente, nesta última safra de prefeitos municipais avançou de forma avassaladora, isso poderia ser perfeitamente aceitável em qualquer regime democrático. Mas é um abuso que se transformou em algo que causa indignação na sociedade brasileira.

Já havíamos aprovado nesta Casa projeto idêntico, que foi para a Câmara dos Deputados e, por problemas na Comissão, teve um caráter terminativo num relatório de rejeição, embora houvesse um outro relatório da mesma Deputada-Relatora encaminhando-o à Comissão Especial de Reforma Administrativa. O fato é que, lá, foi arquivado.

Talvez, se também aprovado na Câmara, tivéssemos a oportunidade de não termos o dissabor de assistir a esse festival que ocorreu em várias prefeituras brasileiras, em vários legislativos municipais brasileiros, que veio se somar àquilo que já conhecíamos no Poder Judiciário, no próprio Poder Legislativo Federal, em alguns legislativos estaduais e no próprio Executivo, tenho a impressão de que essa lei tem um aspecto moralizador. Ela exige transparências daqueles que exercem cargo público de não confundir a coisa pública com coisa privada, muitos imaginando até ampliar renda familiar sem nenhum respeito àquilo que significa o erário público, àquilo que significa a moralidade da administração pública, àquilo que significa ética.

Portanto, queria trazer aqui apenas a nossa satisfação pessoal de ser o autor do projeto, e creio que expresse também a satisfação do Senado por ter aprovado essa lei.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por 20 minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, Sr^{as} e Srs. Senadores; em primeiro lugar, quero cumprimentar, por seu gesto, o Deputado Almino Affonso que, designado

para ser o Relator na Comissão de Constituição e Justiça e da Redação, da Câmara dos Deputados, sobre o episódio relativo à compra de votos, por ocasião da votação da emenda constitucional sobre o direito de reeleição, abriu mão, renunciou ao cargo de Relator. Expondo, com clareza, disse que quer muito que seja averiguada a responsabilidade e apurados os fatos relativos ao episódio. No entanto, sentindo que a Comissão de Constituição e Justiça e da Redação não tem os elementos necessários, por exemplo, para convocar aqueles que precisam prestar esclarecimentos relativamente a esse episódio, a começar pelos próprios ex-Deputados, que já renunciaram aos seus respectivos mandatos – Ronivon Santiago e João Maia, que, segundo S. Ex^a, já deixaram Brasília –, não há como a Comissão de Constituição e Justiça e da Redação convocá-los; e que também teria dificuldade em convocar outras pessoas, incluindo o próprio Ministro Sérgio Motta, porque somente o convite poderia ser feito, S. Ex^a avaliou que precisava renunciar a esse cargo. Inclusive na entrevista que deu ontem, ao vivo, a Paulo Henrique Amorim, o âncora da Rede Bandeirantes de Televisão, S. Ex^a disse que a Comissão Parlamentar de Inquérito é que constitui o instrumento adequado para se levar adiante a investigação que a Nação requer.

É preciso lembrar que 91% dos consultados pela **Folha de S. Paulo**, há uma semana, mostraram a necessidade e opinaram pela constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

Disse o Ministro Sérgio Motta, em Portugal, que não serão crises circunstanciais que farão este Governo perder sua iniciativa.

Eu gostaria de dizer que a crise por que passa o Governo Federal é a crise da Nação. Não se trata simplesmente de crise política. Não se trata simplesmente de o Governo estar, por todos os meios, a evitar que se conheça, em profundidade, como se deu o processo de compra de votos. A crise importante que se dá é de natureza socioeconômica. A crise que imobiliza o Governo Federal é aquela que não dá respostas aos problemas sérios do desemprego, da recessão, da dificuldade daqueles que estão ou desempregados ou com um nível de rendimento extremamente baixo.

A crise social está caracterizada pela dificuldade dos segmentos exportadores em poder crescer, da dificuldade dos segmentos que competem com as importações em função da política econômica, e inclusive a política cambial levada adiante pelo Go-

verno, crise que hoje se estampa com números. A Fundação Seade divulga pesquisa em que mostra que a taxa de desemprego na grande São Paulo cresceu pelo terceiro mês consecutivo.

As informações captadas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego mostram que a taxa de desemprego total na região metropolitana de São Paulo elevou-se em abril, tendência geralmente observada no período, correspondendo a 15,9% da população economicamente ativa.

A taxa global de participação cresceu de 60,8% para 61,6%, devido à incorporação de 124 mil pessoas à população economicamente ativa. Como foram gerados apenas 28 mil postos de trabalho no mês, o principal determinante do aumento do desemprego em abril foi a ampliação da força de trabalho regional.

O nível ocupacional variou 0,4% em abril. Esse resultado foi determinado pelo desempenho positivo – cabe ressaltar que houve pelo menos um setor que cresceu – do setor serviços, que contrabalançou o decréscimo da ocupação dos demais setores. Houve ampliação do assalariamento sem carteira assinada no setor privado e do trabalho autônomo; ou seja, mais trabalhadores no mercado informal constituem outro indício de que houve agravamento para os trabalhadores no mercado formal, os que registram a sua carteira.

O rendimento real médio dos ocupados apresentou pequeno aumento: 0,8% em março, passando a equivaler, em valores monetários, a R\$872,00.

Assim, os indicadores são os seguintes:

Em abril de 96, a população economicamente ativa correspondia a 8,443 milhões de pessoas; em março de 97, 8,421 milhões; e em abril de 97, a 8,545 milhões.

Os desempregados: em abril de 96, 1,342 milhão; em março de 97, 1,263 milhão; e em abril de 1997, portanto, no mês passado, 1,359 milhão de pessoas, correspondendo a um número extremamente elevado.

Em abril, 915 mil pessoas estavam desempregadas na classificação aberto; 444 mil na classificação oculto. Assim, a taxa de desemprego, que, em abril de 96, era de 15,9%, passou para 15% em março de 97 e novamente 15,9% em abril de 97.

A taxa de desemprego aberto, que era 11% em abril de 96, passou a 9,9% em março de 97, mas, voltando quase à casa dos 11%, porque registrando 10,7% em abril de 97, sendo a taxa de desemprego oculto de 4,9% em abril de 96, 5,1% em março de 97, e 5,2% em abril de 97.

O Sr. Lauro Campos – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Dada a gravidade desses números, antes de conceder o aparte ao Senador Lauro Campos, que inúmeras vezes tem, inclusive, enfatizado o que estou dizendo, vou citar o que diz o boletim da Fundação Seade em convênio com o Dieese:

"Em abril, pelo terceiro mês consecutivo, houve crescimento da taxa de desemprego total, que passou de 15%, em março, para os atuais 15,9%, tendência geralmente observada no período. Estima-se a existência de 1,359 milhão de pessoas desempregadas na Região.

A taxa de desemprego aberto manteve o movimento ascendente registrado desde fevereiro, crescendo de 9,9% para 10,7% entre março e abril.

Por atributos pessoais, a taxa de desemprego aumentou para todos os segmentos populacionais. Destaca-se o crescimento mais intenso entre as mulheres (8,3%), as pessoas não consideradas chefes de família (6,5%), os jovens de 18 a 24 anos de idade (6,7%) e aquelas com 40 anos ou mais (12,8%). Para este último segmento etário, a atual taxa de desemprego é a mais elevada, para igual período, desde o início da pesquisa, em 1985."

Quero registrar, Senador Lauro Campos, que o que está aqui registrado em números se caracteriza, também, pelo fenômeno de estarmos saindo, na grande São Paulo, pelas ruas, e vemos o enorme número de pessoas nesta faixa de idade, mais de 40 anos, e também aqui, no Distrito Federal, e em outros lugares do Brasil, queixando-se da dificuldade de encontrar emprego. O número está registrando que, de fato, nunca foi tão grande o desemprego – 12,8% – para pessoas com mais de quarenta anos.

E continua o boletim:

"A taxa de participação global cresceu de 60,8% para 61,6% entre março e abril, devido à entrada de 124 mil pessoas na População Economicamente Ativa (PEA). Como o volume de postos gerados (28.000) foi insuficiente para incorporar esse incremento, o contingente em desemprego foi acrescido de 96 mil pessoas em abril.

Em março, a taxa de desemprego total ampliou-se em todas as regiões onde a PED é realizada, mantendo o movimento de elevação iniciado em janeiro. Comparadas àquelas registradas em março de 1996, as atuais taxas mostram-se mais elevadas em Porto Alegre e no Distrito Federal."

Concedo o aparte ao Senador Lauro Campos.

O Sr. Lauro Campos – Nobre Senador Eduardo Suplicy, como escolhemos o Partido dos Trabalhadores para dedicarmos as nossas energias no sentido da transformação da sociedade, as nossas preocupações também convergem justamente para esses problemas que são mais cruciais e atingem muito mais de perto a classe dos trabalhadores, a classe dos pobres e oprimidos do que as classes dominantes, as classes de capitalistas e banqueiros. Nunca vi desemprego entre banqueiros. Capitalista falido é uma espécie de trabalhador desempregado e devia entender que estamos no mesmo barco. Do ponto de vista de V. Ex^a, o importante é o fato de que não apenas em São Paulo – onde o desemprego atinge a 17,9% – mas, no mundo, há um bilhão de pessoas desempregadas. É a primeira vez na História do mundo que acontece isso. Gostaria de fazer uma breve reflexão, que vem corroborar o ponto de vista de Jeremy Rifkin, em *O Fim dos Empregos*. Obviamente, o fim do emprego significa o fim do capitalismo, porque não pode haver capitalismo sem emprego, como não pode haver escravidão sem escravo, sem a relação de escravocrata. A meu ver, o capitalismo, ao alcançar o nível tecnológico que já existia na década de 20, demonstrou que é incompatível com o pleno emprego. Entre 1923 e 1929, houve o auge na História do capitalismo, que produziu a sobreacumulação e, de acordo com Keynes, a crise de 1929 resultou justamente desse crescimento. Entre 1923 e 1929, apesar de todo esse investimento, a tecnologia era tão **labor saving**, era tão expulsora da mão-de-obra que, na Suécia, na Noruega e na Dinamarca, o desemprego andou em torno de 18%; na Inglaterra, a 12%, e apenas nos Estados Unidos a pouco mais de 4%. Quer dizer, mesmo nas fases de altíssimos investimentos, o desemprego já se encontrava, nesses países, próximo de 20%. E ele desapareceu. Na Alemanha, em 1932, o desemprego era de 44%; nos Estados Unidos, era 27%. E foi o desemprego na Alemanha que fez subir Hitler ao poder. Então, durante 50 anos, no auge keynesiano, a guerra quente foi-se transformando em fria; a estrutura permaneceu praticamente a mesma: a produtiva ocupacional, então, o de-

semprego foi disfarçado. Os desempregados transformaram-se em funcionários públicos, em trabalhadores dos setores relacionados ao governo, tais como o bélico, espacial, de construção de estradas, estádios, na Alemanha de Hitler. Parece-me que o desemprego atual, que registra 50%, no Peru; 17,3% na Argentina e o índice a que V. Ex^a se referiu no Brasil...

O SR. EDUARDO SUP LICY – Na região metropolitana de São Paulo, 15.9%.

O Sr. Lauro Campos – Em Brasília, está bem superior a esse índice.

O SR. EDUARDO SUP LICY – No Distrito Federal, em março, esse índice chegou a atingir 18%, segundo a pesquisa de emprego e desemprego da Fundação SEADE.

O Sr. Lauro Campos – Quer dizer que a aplicação dos princípios neoliberais, na década de 20, já mostrou esse resultado desagradável. Agora, com a volta do neoliberalismo, verificamos que o Governo, que antes reempregava desde os anos 30 – nos Estados Unidos, 17% da peia é de funcionários públicos –, com esses princípios neoliberais, demitindo funcionários, apelando para novas tecnologias modernas, modernas, desemprega trabalhadores. Vemos que se esgotaram todos os mecanismos que o Estado tinha de reabsorver a mão-de-obra e o próprio Estado passou a ser desempregador. Desse modo, não há dúvida de que, se pensarmos no multiplicador de desemprego, veremos que, fatalmente, atingiremos 60% de desemprego em escala mundial, porque os freios, as medidas que o contra-arrestam não funcionam. Hoje, estamos com 32% da peia mundial desempregada. É o fenômeno mais importante do século; e é o fenômeno que não encontra resposta. Diante disso, em vez de perguntarem qual é o ponto de equilíbrio da taxa de câmbio, o ponto de equilíbrio da taxa de juros, o ponto de equilíbrio do desemprego, como gostam de fazer os economistas, eles deveriam estar preocupados em saber qual o ponto de explosão do desemprego. Na Alemanha, em 1933, foi de 44%, e isso levou Hitler ao poder e à Segunda Guerra Mundial. Qual é o ponto de explosão? Será 40%? Trinta e dois por cento não é, porque já atingimos essa marca. Será de 50%? Haverá um ponto de explosão no fenômeno desemprego que talvez seja o mais grave e o mais importante deste século. Parece-me que as coisas realmente não reclamam; elas suportam a crise. A ociosidade do equipamento amplia-se mas o homem ainda reage; ele ainda é capaz de reação. Mas haverá um ponto, diante dessa situação que criaram e dessas ex-

periências neoliberais, em que o homem ainda afirmará o seu direito de sobreviver. Muito obrigado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Nobre Senador Lauro Campos, V. Ex^a faz aqui um alerta extremamente importante, ampliando a preocupação com o desemprego não apenas no Brasil mas em escala mundial.

É fato que houve a expansão da área do mundo aberta para o capitalismo. Entretanto, não se resolveu este problema dramático do desemprego, bem como o problema, também extraordinário, de mais de um bilhão de pessoas, sobretudo nos países do Terceiro Mundo, mas, também, nos países desenvolvidos, que estão desempregadas ou, se não, vivendo em extrema miséria.

O Planeta Terra, a partir de 1917, chegou a assistir a um movimento que caracterizou a passagem de praticamente um terço da humanidade vivendo sob governos que tinham a preocupação com o socialismo ou sob governos de partidos marxistas/leninistas. Depois de 1989, houve uma reversão disso e, hoje, temos Cuba, Coreia do Norte, República Popular da China e poucas áreas mais sob governos que têm outra forma de organização social que não a do capitalismo. Ou seja, em poucos momentos da História do Mundo teve o capitalismo área aberta aos investimentos, sobretudo das grandes corporações inteiramente abertas, e o movimento no sentido de abrir os mercados para tal finalidade continua extremamente forte, sem que, entretanto, se resolva o problema do desemprego que aqui está a se agravar.

Gostaria de continuar o debate, mas, Sr. Presidente, preciso fazer um registro sobre o ofício que estou encaminhando ao Sr. Ministro da Fazenda, Pedro Malan.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Eduardo Supply, a Mesa terá toda a tolerância com V. Ex^a.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Encaminho cópia da correspondência que me foi enviada pelo Sr. Euclydes Ribeiro de Souza, Presidente da Associação dos Investidores da Coroa S/A, que, em nome de 34.250 pequenos investidores, inclusive do Sr. João Machado Paim, reivindica, há 14 anos, sob o risco de verem o seu direito prescrito na forma da lei, o ressarcimento dos valores aplicados no Grupo Coroa S/A, que teve sua falência decretada em 25.01.93, por sentença do MM. Juiz da 6^a Vara de Falências e Concordatas da Comarca do Rio de Janeiro.

De acordo com o Ofício nº 1331/96-Ad, desse mesmo Juízo, "a arrecadação (...) efetuada se mostra insubsistente para o atendimento aos credores"; necessário se faz que as autoridades competentes busquem a satisfação do direito assegurado pelo Estado a mais de trinta mil famílias que sacrificaram parte de seu patrimônio, na qualidade de pequenos poupadores, acreditando na fiscalização do Banco Central sobre as instituições financeiras e as garantias oferecidas pelo Governo.

Isso posto, submeto à apreciação do Ministro Pedro Malan toda a documentação que chegou ao meu Gabinete relacionada ao caso Coroa/Brastel, para que possa S. Ex^a possa determinar providências no sentido de efetuar o pagamento dos pequenos investidores com os recursos do Fundo Garantidor de Créditos – FGC, criado para esse fim, visando a solução definitiva da questão.

Gostaria, também, Sr. Presidente, de registrar duas respostas a requerimentos que fiz – normalmente, registramos as perguntas e, quando chegam as respostas, nem sempre as registramos. Portanto, faço questão de registrar a resposta do Ministro do Exército General Zenildo Zoroastro de Lucena sobre a operação em Curaçao do Alfa. Perguntei a S. Ex^a se o Exército estava fazendo operações sobre um potencial inimigo, ou seja, os trabalhadores sem terra. Ele afirmou que os trabalhadores sem terra não são inimigos potenciais; que se tratava apenas de uma simulação de conflito internacional. Considero importante que tal resposta fique registrada, bem como a resposta do Ministro Lélvio Viana Lôbo sobre a notícia veiculada na TV Bandeirantes, por ocasião do treinamento militar quando os soldados repetiam a marcha: "Tortura é muito fácil de fazer, pegue o inimigo e maltrate até morrer". O Ministro esclareceu que "foi aberta sindicância em curso e que o episódio em tela constitui fato isolado que caracteriza desvio comportamental e, dentro desse enfoque, vem sendo tratado no âmbito deste Ministério".

Aproveito a oportunidade para solicitar que seja transcrita na íntegra a resposta do Ministro Lélvio Lôbo, o que, aliás, o Presidente Antonio Carlos Magalhães havia feito, pois S. Ex^a, de pronto, antes mesmo do prazo regimental, já havia encaminhado resposta a esta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU PRONUNCIAMENTO:

AVISO Nº 29/GM-7/179

Brasília, 6 de maio de 1997.

Senhor Presidente,

Em atenção ao Requerimento de Informações nº 237/97, de autoria do Senador EDUARDO SUPPLY, conforme despacho do Ofício nº 302(SF), de 03 de abril de 1997, do Primeiro-Secretário, em exercício, que deu entrada neste Ministério em 03 de abril 97, peço vênia para tecer as seguintes considerações:

2. No Ministério da Aeronáutica a Instrução Militar ministrada aos componentes dos seus quadros de maneira geral, e aos recrutas em particular, guarda absoluta consonância com os mais elevados padrões técnico-profissionais, com ênfase nos comportamentos éticos e morais que norteiam a Força Aérea Brasileira e na estrita obediência ao ordenamento jurídico vigente.

3. O Ministério da Aeronáutica possui modelo próprio de formação, instrução e treinamento consagrados pela vivência de cinquenta e seis anos de existência, não dependendo de modelo e de exemplos de nenhuma outra Nação, mesmo tratando-se de aliados e parceiros.

4. Consciente da importância da adesão do Brasil a tratados e acordos internacionais, e conhecedor das suas obrigações como Órgão do Governo Brasileiro, o Ministério da Aeronáutica observa e pratica em sua plenitude todas as convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

5. Quanto às demais questões, Senhor Presidente, julgo haver esclarecido através do Aviso nº 016/GM-7/134, de 08 de abril de 1997, enviado a V. Exª e publicado no Diário do Senado Federal no dia 10 de abril de 1997.

Atenciosamente,

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

A Sua Excelência, o Senhor
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
DD Presidente do Senado Federal
NESTA

AVISO Nº 16/GM-7/134

*Env. se ao plenário
HORAS 23/7/97, por
ser matéria conexa.
Em 09.04.97*

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a respeito do lamentável episódio ocorrido no mês de março deste ano, na Base Aérea de Santa Maria, recentemente divulgado pela mídia.

2 O grito de guerra entoado durante o deslocamento para uma instrução de ordem unida, fora de dúvida, completamente inadequado, causou natural repulsa dentro deste Ministério, repercutindo, com intensidade, em ambas as casas do Congresso Nacional, onde diversos parlamentares, interpretando os legítimos sentimentos do povo, repudiaram veementemente aquela ocorrência.

3 A priori, devo reafirmar a Vossa Excelência que o Ministério da Aeronáutica sempre procurou ministrar a Instrução Militar em geral, e dos recrutas em particular, em consonância com os mais elevados padrões técnico-profissionais, com ênfase nos comportamentos éticos e morais que norteiam a Força Aérea Brasileira e na estrita obediência ao ordenamento jurídico vigente.

4 Assim sendo, a adoção de gritos de guerra, canções e outros tipos de motivação devem adequar-se à orientação geral e específica, constante dos Programas de Trabalho dos Órgãos Setoriais e dos Programas de Instrução das diversas Organizações Militares.

5 Dessa forma, o fato ocorrido na Base Aérea de Santa Maria constituiu-se em desvio de conduta, em relação aos padrões de comportamento previstos, e contraria normas em vigor neste.

6 Tão logo tomou ciência daquele deplorável fato, o Comandante da Base Aérea de Santa Maria determinou a abertura de Sindicância Sumária, com o propósito de apurar circunstâncias, responsáveis e outros aspectos que o motivaram.

7 Apesar daquela sindicância não ter sido concluída, cabe prestar a Vossa Excelência as considerações que se seguem:

- os gritos de guerra e outros tipos de motivação constituem fatores de ponderável importância nas instruções militares, notadamente daquelas que exigem esforço físico, tais como: ordem unida, educação física, marchas forçadas, calistênica e outras.

- rotineiramente, os instrutores e monitores incentivam os instruídos no sentido de que, no seio da própria tropa, surjam sugestões quanto aos gritos de guerra a serem adotados em determinadas situações, razão pela qual o teor da estrofe entoada, durante o deslocamento dos recrutas, não era do conhecimento do Comandante da Base Aérea de Santa Maria.

8 Uma vez terminada a sindicância em curso, serão adotadas as providências regulamentares e legais cabíveis.

9 Por último, ainda uma vez, reafirmo a Vossa Excelência que o episódio em tela constitui fato isolado, que caracteriza um desvio comportamental, e dentro desse enfoque vem sendo tratado no âmbito deste Ministério.

Atenciosamente,

LÉLIO VIANA LÔBO
Ministro da Aeronáutica

A Sua Excelência, o Senhor
Senador ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES
Presidente do Senado Federal
BRASÍLIA/DF

AVISO Nº 139-A3.1/MEX

Brasília, 19 de maio de 1997.

Senhor Senador,

1. Trata o presente do Ofício nº 369(SF), de 23 de abril último.

2. Em resposta ao item 1 do Requerimento de Informações do Senador Eduardo Suplicy, informo a Vossa Excelência:

a. o exercício realizado pela 3ª Divisão de Exército, em novembro de 1996, desenvolveu-se num cenário hipotético de conflito externo, contra oponente fictício, de origem estrangeira e com organização militar convencional;

b. o treinamento conduzido pelo 29º Batalhão de Infantaria Blindado, em fevereiro do corrente ano, foi do tipo "Instrução de Quadros" - treinamento específico para oficiais e graduados, sem a participação de cabos e soldados - e teve como objetivo o levantamento de medidas ativas e passivas de segurança orgânica, visando à manutenção da integridade de um Campo de Instrução - área militar onde se realizam diversos exercícios com tropa e tiro real, nas condições ideais para os executantes e para os moradores circunvizinhos;

c. como se vê, a menção a trabalhadores sem terra como "inimigos potenciais" é completamente incompatível no primeiro caso - por tratar-se da simulação de um conflito internacional -, e absolutamente imprópria no segundo - quando o treinamento visava a impedir o trânsito e a permanência de posseiros, ladrões comuns, pescadores e caçadores não autorizados, e, até mesmo, de pessoas desavisadas no interior de área militar, tudo com o fim de evitar danos ao patrimônio, exposição aos riscos inerentes a um exercício militar em curso ou, ainda, acidentes provocados pela manipulação indevida de material de emprego militar.

3. No que diz respeito à indagação formulada no item 2 do mesmo requerimento, a leitura do relatório anexo poderá ilustrar, com bastante clareza, a amplitude e a intensidade da participação do Exército Brasileiro no esforço que o Governo vem empregando em relação ao problema fundiário do País.

Atenciosamente,

Gen Ex ZENILDO GONZAGA ZOROASTRO DE LUCENA
Ministro de Estado do Exército

A Sua Excelência, o Senhor
Senador CARLOS PATROCÍNIO
Primeiro-Secretário, em Exercício, do Senado Federal

ANEXO AO AVISO Nº 139-A3.1/MEEx, de 19 de maio de 1997.

CONTRIBUIÇÕES RECENTES DO EXÉRCITO BRASILEIRO AO PROCESSO DE REFORMA AGRÁRIA

1. GENERALIDADES

O Exército Brasileiro, acompanhando a evolução da questão fundiária no País, ciente de sua responsabilidade como instrumento de ação do Poder Central, e perfeitamente sintonizado com as diretrizes expedidas pelo seu Comandante Supremo, o Presidente da República, entendeu como obrigatória a sua participação nas ações que possam conduzir à amenização do problema.

Dessa forma, após a análise da questão, foram colocados, em novembro de 1995, à disposição do Presidente da República para uso na reforma agrária :

- os trabalhos do Serviço Geográfico do Exército;
- os serviços da Engenharia de Construção do Exército;
- as áreas afetas ao uso especial do Exército.

2. INSTRUMENTOS DE IMPLEMENTAÇÃO

Em maio de 1996 foi assinado um protocolo de intenções entre o Ministério do Exército e o Ministério Extraordinário da Reforma Agrária, com o objetivo de transferir para a jurisdição do INCRA as áreas afetas ao uso especial do Exército e viabilizar as ações conjuntas envolvendo as Organizações Militares (OM) de Engenharia de Construção e aquele Instituto.

Para operacionalizar o referido protocolo, foram assinados os seguintes convênios:

- apoio ao Projeto de Assentamento Tuerê, em Novo Repartimento (PA), tendo a 4ª Divisão de Levantamento e o 2º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC), como órgãos executantes;
- apoio em projetos de assentamento no Estado do Mato Grosso do Sul, tendo como executante o 9º BEC;
- apoio em projetos de assentamento no Estado da Paraíba, pelo 1º BEC.

3. REALIZAÇÕES

a. Quanto à transferência das áreas afetas ao uso especial do Exército para o INCRA:

- total ofertado pelo Ministério do Exército - 6.205.000 ha;
- áreas já transferidas por intermédio de Decretos Presidenciais - 2.514.464 ha;
- áreas em processo de transferência - 3.690.536 ha.

b. Os recursos já repassados para este Ministério pelo INCRA permitiram a concretização, até 29 de abril último, das metas apresentadas nos quadros de produção que se seguem.

1) Serviço Geográfico do Exército

OM	METAS	UN	PREVISTO	EXECUTADO	LOCALIDADE	UF
4ª DL¹	Locação de estradas	km	128,5	70,8	Novo Repartimento	PA
	Levantamento de estradas	km	128,5	64,8		
	Levantamento de perímetro	km	115	84,1		
	Levant. de fundo de vale	km	138,5	63,8		

2) Unidades de Engenharia de Construção

OM	METAS	Un	PREVISTO	EXECUTADO	LOCALIDADE	UF
1ª BEC²	Construção de estradas	km	14,36	0	Alhandra	PB
	Caixa d'água elevada	un	2	0	Conde	
	Poços	un	9	0	Cruz do E. S.	
	Chafarizes	un	6	0	Alagoa Grande	
	Adutora	m	5.000	0	Alagoa Nova	
	Rede elétrica	m	150	0	Massaranduba Pitimbu	
2ª BEC¹	Projeto de estradas	km	40	26	Novo Repartimento	PA
	Construção de estradas	km	110	25		
	Bueiro	m	1710	396		
	Pontes de madeira	m	50	36		
5ª BEC²	Construção de estradas	km	89	0	Theobroma	RO
	Bueiros	m	800	0		
9ª BEC³	Construção de estradas	km	100	44,5	Corumbá	MS
	Recuperação de estradas	km	48	48	Dois Irmãos	
	Construção de escolas	un	4	2,24	Anastácio	
	Ampliação de escolas	un	2	2	Bodoquena	
	Recuperação de escolas	un	1	0,3	Rio Bonito	
	Perfuração/instalação de poços	un	6	5		

Legendas:

- 1 - Obras momentaneamente paralisadas em função do período de chuvas.
- 2 - Aguarda repasse de recursos financeiros.
- 3 - Obras em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Gilvam Borges, por 20 minutos.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna para comentar um assunto que, alguns dias atrás, foi amplamente veiculado na mídia. Refiro-me à compra de votos, um escândalo que atingiu diretamente um Estado da Região Norte, o Acre. A partir desse episódio, tivemos imediatamente a ação de um velho e conhecido grupo, oriundo do Estado de São Paulo, no sentido da diminuição da representatividade de nossas Bancadas. Nós representamos 50% do território nacional. É lamentável que essas notícias, plantadas pelo eixo São Paulo-Rio, sejam divulgadas pela mídia.

Estamos acompanhando esse assunto com muita preocupação. Aliás, já ocupei a tribuna anteriormente para alertar o País e esta Casa, que cuida especificamente do equilíbrio federativo, sobre essas ameaças.

No último domingo, **O Estado de S. Paulo** publicou uma matéria encomendada, intitulada "Um Camelódromo Gigante à Margem do Amazonas", nos seguintes termos:

"Macapá – Criada em 1990 pelo então Presidente José Sarney, a área de livre comércio do Amapá é hoje um falso eldorado movido a sonegação fiscal e contrabando."

Na realidade, tal matéria faz propaganda da prostituição, do banditismo, do êxodo rural. Trata-se de uma matéria capciosa, que traz um prejuízo irreparável para o meu Estado. Isso não é verdade, Sr. Presidente, é um desrespeito. Fazemos fronteira com a Guiana Francesa, estamos lá no extremo Norte do País e temos inimigos declarados das Zonas de Livre Comércio, como Manaus e outras que foram criadas para tentar dar uma alternativa econômica e opções de fixação dos homens nessas respectivas regiões.

Todos sabem que a Amazônia é um alvo de ambições internacionais. Um dos inimigos declarados da Região Norte ou da Amazônia é um colega nosso, Senador, que todos conhecem. S. Ex^a, quando Ministro, declarou que é contra todas as Zonas de Livre Comércio. Refiro-me ao Senador José Serra. Infelizmente, S. Ex^a perdeu a eleição em São Paulo, pois, se tivesse ganho, deveria estar lá, cuidando do Maluf e de suas brigas políticas.

Temos todo respeito pelo Estado de São Paulo e estamos juntos, unidos, para aprovar medidas que

venham ao encontro das suas necessidades. O Brasil é um país de dimensões continentais.

Vou ler aqui uma matéria do jornal de maior circulação no Estado do Amapá, o **Diário do Amapá**. Em seu editorial, os articulistas do meu Estado falam o que todos gostariam de falar:

"Historicamente, o Norte brasileiro tem sido duplamente colonizado. A colonização européia que dominou o País de ponta a ponta foi uma que pouco ou nenhum benefício nos deixou.

A outra, exercida por brasileiros do Sul e do Sudeste, economicamente mais fortes, é simplesmente aviltante.

Todas as vezes que o Governo Federal lembra que a Amazônia é, geograficamente, mais da metade do País e nos concede o mínimo de benefícios ou incentivos fiscais ou comerciais, os abutres do Sul – claro que não queremos generalizar – "desabam sobre nós como se fôssemos carniça exposta ao tempo e ao vento".

Todas as vezes que um escândalo de qualquer natureza explode no Congresso, tendo a participação de algum Parlamentar amazônida, é como se a culpa de todos os males brasileiros fosse da nossa exclusiva competência e culpa. Citem-se, como exemplo, os recentes casos da suposta compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, que envolveram o Governador e Deputado do Acre, Amazonino Mendes, Governador do Amazonas. Foi o suficiente para que o empresariado e a classe política do Sul e Sudeste propusessem a redução da Bancada Federal dos Estados do Norte.

Agora, não satisfeitos e na tentativa de atingir o Senador José Sarney, movem uma campanha de difamação contra o Amazonas e o Amapá, mostrando um quadro de miséria que, se a temos, não se apresenta do modo como enfocam.

O objetivo não é outro que não seja a proposição futura da extinção, tanto da Zona Franca de Manaus, como também da área de livre comércio de Macapá e Santana. E até Sarney também pensa assim.

Menos mal que as entidade empresariais locais já se movimentam. Reuniram ontem, no auditório da Federação do Comércio, para debater a questão e apresentarão hoje um manifesto onde a Associação dos

Importadores, Associação Comercial e Industrial do Amapá, Federação do Comércio e Federação das Indústrias do Amapá lançarão manifesto contra essa campanha difamatória contra os nossos mais legítimos interesses.

Eis aí a oportunidade para que a Bancada parlamentar amapaense em Brasília mostre que existe para defender o Amapá."

Sr. Presidente, sentimo-nos profundamente magoados, porque o ex-Território do Amapá, como um dos novos Estados da Federação, só tinha dois caminhos: o comércio e o turismo. E o Presidente Sarney, quando lá chegou, foi muito bem recebido. S. Ex^a teve a maior votação do Estado, como o reconhecimento de quem pensa na política.

E o que se diz? O povo do Amapá foi ingênuo? Não, muito pelo contrário, foi sábio. Foi sábio na escolha, porque estávamos e estamos ainda engatinhando. Escolher um ex-Presidente da República em nossos quadros, ex-Governador, cinquenta anos de vida pública, um homem com um prestígio não só nacional, mas internacional, revelou sabedoria. S. Ex^a, com sua visão de mundo, viu – todos já discutimos isto no Estado – que a nossa alternativa seria o comércio com os países do Caribe, porque estamos próximos da América do Norte.

Essa matéria, lamentavelmente plantada em um dos jornais de maior respeitabilidade no País, **O Estado de S. Paulo**, tenta vender uma imagem que não é verdadeira. É verdade que surgiu um processo de imigração, mas não esse exagero todo. Trata-se de uma matéria cretina e irresponsável. Quem a lê percebe claramente que há um objetivo, uma orquestração contra a Amazônia. Há uma campanha deliberada.

Os saudosistas da independência, que estão entranhados em todo o Congresso Nacional, aproveitaram a deixa, com o escândalo da compra de votos, para começar uma grande campanha para tentar atingir os Estados do Norte.

O Amapá não poderia deixar de vir aqui. Temos o nosso potencial e nossas condições de sobrevivência, e a estamos buscando. A zona de livre comércio é uma alternativa econômica. Sem sombra de dúvida, a grande contribuição do Presidente Sarney e das Lideranças políticas do Estado, que se mobilizaram para encontrar perspectivas para o desenvolvimento, são reconhecidas no Estado. Nas pesquisas de opinião pública, o Presidente Sarney desponta com 80%; e não é só no Amapá. Quando foi para lá, havia sete Estados querendo que S. Ex^a disputasse uma vaga para o Senado. Tivemos a feli-

cidade e o prazer de tê-lo em nossos quadros, com todo o seu prestígio.

Aqui a matéria tenta atingir o Presidente Sarney. Não há outro objeto: é o Presidente Sarney, mostrando que a zona de livre comércio é inviável, um desastre.

Sr. Presidente, é vergonhoso, lamentável. Gostaria de deixar registrados nesta tribuna os meus mais veementes protestos contra os mentores dessa matéria nesse conceituado jornal, **O Estado de S. Paulo**. Deve ter sido matéria paga. Esse jornal não tem a prática de fazer esse tipo de coisa.

Ficam os meus mais veementes protestos contra aqueles que são contra os interesses do desenvolvimento da Região Norte, da Amazônia, porque os que são contra os interesses da integração nacional podem ter certeza de que estão conspirando contra os interesses do País, porque a Amazônia está aí, já há movimentos também de independência. Essas lideranças que tentam discriminar a região estão tentando empurrá-la para o isolamento.

Recentemente o Senador Nabor Júnior também esteve aqui explanando esse assunto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. GILVAM BORGES EM SEU PRONUNCIAMENTO:

UM CAMELÓDROMO GIGANTE À MARGEM DO AMAZONAS

Criada em 1990 pelo então Presidente Sarney para atrair investimentos para a região, a área de livre comércio do Amapá é hoje um falso eldorado movido a sonegação fiscal e contrabando

Luiz Augusto Falcão

Macapá – Criada em 1990 pelo então Presidente José Sarney, a área de livre comércio do Amapá é hoje um falso eldorado movido a sonegação fiscal e contrabando. A aglomeração de lojas nos centros das cidades de Macapá e Santana – em escala quase paraguaia – trouxe outros problemas para o Estado: o aumento do tráfico de drogas, a prostituição infantil, o surgimento de novas favelas, o inchaço da população e a violência urbana. Uma ocorrência rara até o início da década tornou-se rotina: todos os bancos da capital já foram assaltados nos últimos quatro anos.

A delegada da Receita Federal Jezebel Fleury não esconde que a área de livre comércio é um estorvo. No caso do Fisco, é difícil evitar a enorme evasão de impostos. "Há alguns dias apreendemos 300 ventiladores com um único comprador", conta. "O pior é que ele queria embarcar a mercadoria como bagagem acompanhada". Para Jezebel, o caso é apenas uma pequena amostra do que se passa todos os dias no Aeroporto de Macapá e no Porto de Santana – a 25 quilômetros da capital. Na semana passada, por exemplo, a Receita encontrou um quilo de cocaína no meio de quinquilharias contrabandeadas.

Por causa de sua atuação no Estado – e das opiniões críticas a respeito do livre comércio –, a delegada entrou em choque com a figura mais forte da política local – o Senador José Sarney

(PMDB – AP). "Ele já foi até reclamar a meu chefe (o secretário-geral da Receita, Everardo Maciel) em Brasília", diz Jezebel. "Mas não dá para esconder que, a partir de 1992, algumas coisas pioraram", acrescenta.

A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) nasceu para desenvolver um região sem atrativos para investimentos externos. Mas cumpriu outro objetivo: eleger Sarney. Sem espaço na política de seu Estado natal, o Maranhão, o ex-presidente já chegou ao novo domicílio eleitoral com uma bandeira de campanha: a emenda que criava novos enclaves de isenção de impostos na linha do Equador.

A partir de 1992, Macapá-Santana começou a funcionar de fato e três anos depois chegou ao auge. Agora, a fase é de visível decadência. Algumas lojas fecharam – ou estão para fechar – e os moradores da capital perderam o entusiasmo por um futuro à base de importados. Numa comparação com a Zona Franca de Manaus – onde há montadoras de carros e de eletrônicos –, os amapaenses costumam referir-se ao comércio local como "zona fraca".

A indústria não chegou por várias razões. Duas delas: transportes terrestres e déficit de energia, que é o maior do País. Todas as noites há blecaute em vários bairros e as farmácias funcionam com geradores. A hidrelétrica de Itamaçã usa velhas turbinas conseguidas por Sarney em Minas. O paredão Ferreira Gomes, no rio Araguary, fornece energia à capital graças a equipamentos comprados da ex-União Soviética.

Mesmo assim, a população da capital e das cidades vizinhas não pára de crescer. Em cinco anos, passou de 250 mil para 500 mil pessoas. O novo contingente, no entanto, não chegou para investir ou consumir – chegou para procurar empregos que não existem. São pessoas muito pobres, vindas das ilhas do Pará e do Nordeste. Elas desembarcam no Porto de Santana e começam a erguer seus barracos em terrenos do governo.

Essa parte do Estado transformou-se num bolsão de extrema pobreza e desemprego que contrasta com as prateleiras dos importados. Gracirene Gonçalves de Souza, seus três filhos e o marido, Rosivaldo de Souza, formam a típica família de migrantes. Eles vieram de Breves, na Ilha do Marajó, para trabalhar no comércio. Não havia vagas. O jeito foi ficar nas imediações do porto, numa palafita alugada por R\$50. O preço era alto e o casal optou por construir uma palafita coberta com folhas de ubuçuzeiro. "Estou vendendo fruta para sobreviver", conta Gracirene.

"Em face da pobreza, a violência está aumentando", constata o delegado José Teobaldo, lotado no Distrito de Santana. "Todo dia entram centenas de pessoas pelo porto e as autoridades não se preocupam em cadastrá-las", reclama um integrante do Poder Judiciário. "O Amapá é um Estado sem estatísticas".

Beiradão – Na região Sul, em Laranjal do Jari, a margem do rio é ocupada pelo Beiradão – uma fileira de palafitas de quase 11 quilômetros. A maior parte de seus moradores veio de outros Estados. Alguns tentaram a vida em Macapá, como camelôs ou biscateiros, mas logo descobriram que o comércio não anda bem. O governo do Estado continua sendo a mais importante fonte de renda na cidade e os migrantes não têm contatos nesse setor já congestionado.

"A área de livre comércio trouxe expectativa de emprego, mas gerou uma enorme demanda social", observa o governador João Alberto Capiberibe (PSB). Seu vice, Hidelgardo Alencar (PT), sugere uma comparação do comércio local de importados com Jari-lândia, também no sul. "No tempo do projeto de Mineração Jari, havia ali escola, hospital e água fluoretada", conta. "Quando o projeto foi desativado, o lugar virou uma cidade-fantasma".

Pelas contas do governo, a ALCMS poderia recolher mais Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). No ano passado, o Amapá arrecadou R\$5 milhões e os importados entraram com apenas R\$831 mil. Céticos em relação à ALCMS, Capibe-

ribe e Alencar mantêm um relacionamento cordial com Sarney. Entretanto, os dois preferem apostar num padrinho político de mais peso – o presidente da França, Jacques Chirac. O governo francês vai financiar parte do asfaltamento da BR-156, que liga o sul do Amapá ao Oiapoque, no extremo norte. "Dessa forma, vamos nos ligar à Comunidade Européia via Guiana Francesa", revela Alencar. "Também estaremos mais perto dos Estados Unidos".

Aliados – Mesmo aliados de Sarney e defensores da ALCMS concordam que o setor de importados não atravessa seus melhores dias. O presidente da Federação de Comércio (Fecap) e Indústria do Amapá, Jurandir Juarez, põe a culpa no Ministério da Fazenda, que estabeleceu cotas para importações. "É por isso que as empresas de fora as que não querem mais vir para cá", afirma.

Juarez, que também é vereador pelo PMDB, outra pedra no caminho da área de livre comércio: cada pessoa só pode fazer compras uma vez por mês em Macapá ou Santana. Segundo o vereador, apesar do limite de US\$4 mil por comprador, as novas medidas do governo estão afugentando até sacoleiros de Fortaleza – o grupo mais assíduo nas lojas do centro.

Autuação – A Receita tem outro diagnóstico para a questão dos tributos. Amanhã, o Fisco do Amapá inicia uma blitz para descobrir por que ocorreu uma queda brutal no recolhimento de Cofins e PIS pelos importadores. "Em dezembro eles fizeram bons negócios, mas o recolhimento, em janeiro, não refletiu o volume das vendas natalinas," informa Jezebel. "Há empresas que não recolheram um tostão e nós vamos autuá-las". A Tarefa de investigar as declarações de quase 50 importadoras está a cargo de apenas quatro fiscais e um auditor do Tesouro.

O governo também pode começar a investigar os altos lucros de algumas importadoras. Muitas delas – tanto em Macapá quanto em Santana – compram itens a US\$0,50 e os revendem por R\$8,00. Em 1996, 926 contêineres foram desembarcados no Porto de Santana e estimativas da Receita mostram que a mercadoria chega ao consumidor com um preço 100% maior do que o declarado na chegada.

Não faltam precedentes de irregularidades na história da ALCMS. Em 1992, uma lei permitiu que alguns produtos nacionais e importados entrassem na área de livre comércio sem pagar ICMS e IPI. As exceções não foram levadas em conta e todos os tipos de veículos passaram a ser vendidos com isenção. Resultados: Macapá foi invadida por quadrilhas de compradores de veículos – a maioria procedentes do Rio Grande do Sul – para adquirir carros de luxo quase pela metade do preço.

O erro só foi corrigido em abril de 1995 por um decreto que disciplinou a saída de veículos. "Macapá, em termos relativos, é o maior comprador de Omegas do Brasil", comentou, à época, o presidente da GM, André Beer.

MAIS RESPEITO AO AMAPÁ

Basta de interferências indébitas Que seria do Amapá sem o ALCMS?

Historicamente, o norte brasileiro tem sido duplamente colonizado. A colonização européia que dominou o País de ponta a ponta, foi uma que poucos ou nenhum benefícios nos deixou.

A outra, exercida por brasileiros do sul e do sudeste economicamente mais fortes, é simplesmente aviltante.

Todas as vezes que o Governo Federal lembra que a Amazônia é geograficamente, mais da metade do País e nos concede um mínimo de benefício ou incentivos fiscais ou comerciais, os abutres do sul desabam sobre nós como se fôssemos carniça exposta ao tempo e ao vento.

Todas as vezes que um escândalo de qualquer natureza explode no Congresso, tendo a participação de algum parlamentar amazônida, é como se a culpa de todos os males brasileiros

fosse da nossa exclusiva competência e culpa. Cite-se como exemplo, os recentes casos de suposta compra de votos para aprovação da emenda da reeleição, que envolveram o Governador e Deputados do Acre e Amazonino Mendes, Governador do Amazonas. Foi o suficiente para que o empresariado e a classe política do Sul e Sudeste propusessem a redução da bancada federal dos Estados do Norte.

Agora, não satisfeitos e na tentativa de atingir o Senador José Sarney, movem uma campanha de difamação contra o Amazonas e o Amapá, mostrando um quadro de miséria que se a temos, não se apresenta do modo como enfocam.

O objetivo não é outro que não seja a proposição futura da extinção, tanto da Zona Franca de Manaus, como também, da área de livre comércio de Macapá e Santana. E até Sarney também pensa assim.

Menos mal que as entidades empresariais locais já se movimentam. Reuniram ontem, no auditório da Federação do Comércio, para debater a questão e apresentarão, hoje, um manifesto onde a Associação dos Importadores, Associação Comercial e Industrial do Amapá, Federação do Comércio e Federação das Indústrias do Amapá lançarão manifesto contra essa campanha difamatória contra os nossos mais legítimos interesses.

Eis aí a oportunidade para que a bancada parlamentar amapaense em Brasília mostre que existe para defender o Amapá. O Sul-maravilha acha que o Amapá é uma ilha cercada de miséria, prostituição infantil, contrabando e drogas por todos os lados. Não é assim, e todos sabemos que não é assim.

Mas, cabe aos nossos representantes em Brasília, divulgar o fato inquestionável de que não fosse a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, aí sim, o quadro de desemprego e miséria seria insuportável. Esse é um benefício que devemos ao Senador José Sarney.

Neste grave momento que vivemos, é necessário a união de todos os amapaenses, independentemente de questões políticas, partidárias ou de qualquer outra natureza que possam, em dado momento nos separar. O momento é de alerta e de união.

Unamos-nos, pois. E não esqueçamos que o Amapá espera que cada um cumpra o seu dever.

OPINIÃO DA COMUNIDADE

Esta seção destina-se a conhecer o pensamento do nosso cidadão e com isso criarmos um fórum de debate

QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A IMPRENSA AMAPAENSE?

Graciete Góes, Funcionária Pública – A imprensa amapaense está ainda deixando muito a desejar em relação à notícia. Às vezes quando acontece um fato inédito, é deturpado, pela mídia que o enfeita, quando a realidade é totalmente diferente, então os jornalistas têm que ter mais preocupação em divulgar a verdade.

Clovis Jacob Gomes, Administrador de empresa – No meu ponto de vista eu vejo a imprensa local de uma forma positiva, atuante e bem nos padrões do Brasil. Os nossos meios de comunicação estão se preocupando em relatar todos os fatos a fundo, com fidelidade. E isso é muito importante nos dias de hoje.

Lella Menezes, Professora – Apesar de estar há pouco tempo no Amapá, observo que a imprensa ainda não está a nível do eixo Rio-São Paulo em termos de jornalismo, mas está sendo eficiente na divulgação dos acontecimentos, mesmo produzindo somente aquilo que atenda aos interesses do jornal.

Gaspar Perclra, Auxiliar de escritório – Mesmo não tendo o costume de ler muito, é importante registrar que a mídia tem se especializado e crescido muito no Estado, apesar de não estar ainda à altura dos principais meios de comunicação do País, acho até que ela esta informando bem o amapaense.

O Sr. Leomar Quintanilha – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra a V. Ex^a, como Líder, por 5 minutos.

O SR. LEOMAR QUINTANILHA (PPB-TO. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Eminente Presidente Senador Geraldo Melo, meus caros Senadores, quero expressar aqui a minha alegria e a alegria do povo tocantinense por uma vitória que acabamos de conquistar.

Acabo de retornar do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, onde tive oportunidade de discutir alguns assuntos de interesse do Tocantins e quando obtive a afirmação do eminente Ministro Francisco Dornelles de que dois projetos automotivos de interesse do Estado seriam aprovados dentro das premissas ora vigentes para os **new commerce**. Trata-se, na verdade, do início do processo de industrialização do Estado do Tocantins, que vem desenvolvendo um esforço muito grande para assentar de forma definitiva a sua infra-estrutura, buscando, concomitantemente, a atração de investimentos externos como forma de organizar sua economia e, através disso, promover a geração de empregos, de rendas, buscando a solução dos graves problemas de natureza econômica e social que afligem o nosso Estado, que afligem a nossa população.

De sorte que essa notícia é sobremodo alvissareira, já que permitirá, Sr. Presidente, estabelecer um elo com o povo chinês, que, em parceria com o empresariado tocantinense, vai instalar, em nosso território, uma fábrica de caminhões leves, com capacidade de transporte de quatro toneladas, com múltipla atividade, podendo atender às necessidades urbanas e rurais.

O outro projeto, que trata da implantação de uma fábrica de tratores, vem também ao encontro dos anseios da nossa população e da vocação natural da nossa economia, basicamente centrada na agricultura e pecuária. A fábrica de tratores, notadamente de tratores de pneus, certamente atenderá a uma demanda já crescente no Estado do Tocantins, onde os produtores têm buscado modernizar o desenvolvimento da sua atividade não só com a aplicação das tecnologias hoje disponíveis, mas procurando dar um sentido harmônico, grupal ao desenvolvimento dessa atividade, já que temos a formação de pólos de desenvolvimento de uma agricultura diversificada, como a da produção de abacaxi, soja, arroz, milho, girassol, enfim, buscando alternativas que possam dar ao Tocantins um novo tom, uma nova dimensão, que possam dar uma nova condição à

sua economia, conseqüentemente melhorando a qualidade de vida do nosso povo.

Portanto, Sr. Presidente, caros Senadores, trazemos essa informação, ufanos, exultantes, já que produz resultado o esforço que vínhamos fazendo com vistas a transformar o Tocantins, de uma região inóspita, improdutiva, dependente, em um Estado ativo, próspero, do qual a sua gente possa se orgulhar, que possa efetivamente vir a dar – para o que tem condições – contribuição ao Brasil, para eliminar injustiças como a miséria, a fome, a pobreza, que grassam em várias das nossas regiões.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa notícia que o Tocantins hoje traz é das mais alvissareiras, porquanto vimos a luta que os Estados têm feito para organizar o seu processo de industrialização. As grandes montadoras têm procurado dar preferência e privilegiar as regiões mais ricas do País, certamente consultando os seus interesses, em razão da existência de uma mão-de-obra mais qualificada e também de centros consumidores com demografia mais densa. Mas é com satisfação que o Tocantins, ainda com uma população rarefeita, já procura se organizar, não só no setor primário, no setor de produção, e iniciar o seu processo de industrialização.

Era o que eu tinha a registrar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Valmir Campelo, por 20 minutos, por cessão do Senador Francelino Pereira.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em sessão comemorativa do centenário da Academia Brasileira de Letras, ocorrida recentemente, o Presidente desta Casa, o nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, manifestou-se com muita propriedade a respeito do objetivo da homenagem: "para exaltar a glória da Academia Brasileira de Letras nos seus cem anos e, sobretudo, para glorificar os seus acadêmicos, que tantos serviços prestam às letras e à cultura no Brasil".

Numa demonstração de sensibilidade no ensejo favorável que o centenário de fundação da Academia oferecia, o Presidente Antonio Carlos Magalhães pronunciou-se, ainda, a propósito da contribuição da cultura para a consolidação do desenvolvimento de qualquer nação: "nenhum país pode ser forte, mesmo economicamente, se não tiver uma base cultural, por maior que seja a sua economia".

Naquela comemoração, não tive oportunidade de manifestar-me, a despeito da grande admiração

que cultivo pela centenária instituição. Não pretendo fazê-lo agora, Sr^{as} e Srs. Senadores, não só por considerá-lo inadequado e inoportuno, mas também por temer incidir em inevitável redundância, uma vez que os brilhantes discursos aqui proferidos exploraram, à exaustão, os aspectos históricos da fundação e a participação da Academia na vida cultural brasileira.

Ouso, contudo, trazer ao conhecimento das Sr^{as} e Srs. Senadores uma aspiração legítima do Distrito Federal, com a qual me vejo inevitavelmente comprometido. Refiro-me à possibilidade de eleição de um ativista cultural de raízes candangas para aquela instituição, pois não se pode negar que, a par de seu caráter de abrigo a múltiplas manifestações intelectuais e culturais, a Academia acaba, também, por possuir um aspecto de representatividade regional.

Nesse sentido, quero comunicar que já há uma iniciativa a respeito disso, consubstanciada na indicação do escritor Adirson Vasconcelos, por mais de uma dezena de entidades culturais brasilienses.

O manifesto de indicação e apoio à candidatura do pretendente informa que Adirson Vasconcelos é autor de uma vasta obra no campo da História, enfocando a tradição secular da tentativa de interiorização da capital do Brasil, o processo da construção da cidade, sua consolidação, bem como as perspectivas de futuro que ela oferece.

Dos seus mais de 20 livros, 5 já foram reconhecidos como de grande contribuição didática.

A formação acadêmica e universitária de Adirson Vasconcelos é rica e diversificada, com titulação em História, Direito, Jornalismo e Administração.

Adirson Vasconcelos tem exercido importantes funções em instituições lítero-culturais, destacando-se as de Secretário-Geral da Academia de Letras de Brasília, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico do DF, Presidente da Academia Maçônica, Assessor Cultural da Fundação Assis Chateaubriand e membro correspondente de instituições literárias por todo o Brasil.

O lançamento da candidatura de Adirson Vasconcelos ocorreu com um manifesto assinado pelos presidentes das seguintes entidades: José Ferreira Simões, da Academia Taguatinguense de Letras; Afonso Heliodoro dos Santos, do Instituto Histórico e Geográfico; Mauro Castro, da Academia de Letras de Brasília; Guilherme Fagundes, da Academia Maçônica de Letras do DF; Alan Viggiano, da Academia de Letras e Artes do Planalto; Elisete Soares, da Casa do Poeta Brasileiro; Victor Alegria, da Câmara

do Livro do Brasil Central; Ézio Pires, do Sindicato dos Escritores do DF; Dourado Amargedon, da União Brasileira dos Escritores; e Danilo Gomes, da Associação Nacional dos Escritores.

Aos que possuem alguma familiaridade com a vida cultural do Distrito Federal esses nomes soam conhecidos, pois congregam os membros das instituições culturais mais representativas de nossa Capital.

Em mensagem divulgada juntamente com o manifesto, o candidato declara sua disposição e oferece "idealismo, capacidade de trabalho e de pesquisa e dedicação para serem somados ao muito que já realizaram aqueles que fazem a grandeza da Academia Brasileira de Letras".

Bem sei, Sr. Presidente, Sr^{as} e Senadores, que a Academia dispõe de seus próprios critérios e segue sua própria liturgia na escolha de seus membros. Não poderia ser de outra forma.

Contudo, o espírito eclético dessa Casa de Machado de Assis – que ampliou, desde os primórdios de sua fundação, os limites estritamente literários da instituição para nela admitir representantes destacados das mais diversas atividades intelectuais do País, como a Medicina, o Direito, o Jornalismo – anima-me a considerar oportuna a divulgação de um pleito legitimamente encaminhado por instituições que representam, de fato, as iniciativas culturais do Distrito Federal.

Estimula-me, ainda, a possibilidade de mostrar ao País que o Distrito Federal dispõe de uma vida cultural emergente com características próprias e independentes. Assim, já se pode falar em teatro, dança, música, pintura e literatura brasilienses.

Como tudo o que se faz fora do eixo de maior divulgação nacional, a cultura brasiliense tem vivido um pouco para o consumo interno. Acredito, contudo, que a sua força expressiva merece um oportunidade de acesso ao cenário nacional.

Sr. Presidente, Senador Geraldo Melo, a candidatura de Adirson Vasconcelos inscreve-se, pois, a meu ver, no movimento em prol da consolidação das manifestações culturais do Distrito Federal, que, certamente, trarão uma contribuição original e enriquecedora ao cenário multifacetado da cultura brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva, por 20 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (BLOCO-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da ora-

dora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, comemoramos, hoje, 28 de maio, o Dia internacional de Ação pela Saúde da Mulher e o Dia Nacional de Redução da Mortalidade Materna, lembrando que esse dia foi criado por proposição das mulheres participantes do Encontro Internacional Sobre a Saúde da Mulher, em Porto Rico, no ano de 1987. Aproveitamos a data para lembrar a discussão sobre questões da saúde da mulher, ainda hoje não respondidas pela sociedade.

Na Constituição de 1988, as mulheres brasileiras alcançaram conquistas inovadoras, embora, até o presente, não tenham podido gozar de todas elas, em face de entraves na legislação do País. Mas constatamos, envergonhados, os altos índices de mortalidade materna, cesáreas desnecessárias, esterilizações cirúrgicas abusivas, uso incorreto de anticoncepcionais e abortos. As doenças e a mortalidade maternas são uma tragédia contemporânea que não têm recebido a devida atenção. E o mais triste é que a maior parte dessas mortes poderiam ser evitadas. Mulheres estão morrendo porque não existem programas de saúde pública eficientes.

São constrangedoras as taxas referentes à saúde da mulher. Problemas do parto e gestação matam 600 mil mulheres por ano no mundo. No Brasil, o quadro não é dos melhores. Estima-se que 5 mil mulheres morrem, a cada ano, em decorrência de complicações na gravidez, parto ou pós-parto. Segundo dados da Unicef, todos os dias, entre dez e onze mulheres morrem na sala de parto, mortes que resultam da má qualidade do atendimento e falta de assistência. Para cada mulher que morre, outras sobrevivem com seqüelas físicas, infecções e incapacitações. Morrem sofrendo, envergonhadas, assustadas, humilhadas, sagrando, com o útero perfurado, feridas infeccionadas, com septicemia progressiva, anemia profunda. Um verdadeiro desrespeito à pessoa humana.

Mais de 60% das mortes relacionadas à gravidez e parto são causadas por hipertensão, hemorragias, abortos provocados e infecções decorrentes de cesáreas.

A Organização Mundial da Saúde considera aceitável um índice de 20 mulheres mortas por cada 100 mil crianças nascidas vivas. Já no Brasil, os números mostram que 50,8 mulheres morreram, em 1995, por grupo de cada cem mil nascidos vivos.

A esterilização ocorre cada vez mais cedo e em parcelas crescentes das mulheres brasileiras. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA – constatou que atualmente as mulhe-

res são esterilizadas, em média, aos 29 anos. Há dez anos, a idade era 34 anos. A pesquisa registrou que a Região Centro-Oeste tem o maior índice de esterilizações de mulheres: 59,5%. No Estado do Rio de Janeiro, o meu Estado, constatou-se um dos mais altos índices de esterilização: 46,3%. A maioria das esterilizações ocorre durante o parto. Cerca de 60% das mulheres foram esterilizadas logo após uma cesariana. Segundo dados recentes fornecidos pelo Ministério da Saúde, entre mulheres férteis e unidas, o uso de algum método anticoncepcional, no ano de 1996, foi de 78,7% nas zonas urbanas e de 69,2% nas zonas rurais. Entre esses métodos, o predominante foi a esterilização feminina, 52,2%, seguida do uso de pílula, 26,9%; e 71% das esterilizações foram realizadas em hospitais públicos.

O número de cesáreas no Brasil também está acima das recomendações da Organização Mundial de Saúde, que recomenda que as cesáreas devem corresponder a 10% do número de partos realizados. A média brasileira de cesáreas, nos últimos cinco anos, foi de 36%.

O Brasil foi pioneiro no lançamento do Programa de Atenção Integral da Saúde da Mulher – PAISM, elogiado em todo o mundo e, inclusive, discutido na Conferência sobre População do Cairo. O programa serviu de modelo para diversos países. Deveria abarcar todas as demandas onde o gênero fosse determinante para a saúde da mulher. Entretanto, hoje, o programa cuida apenas da saúde reprodutiva, abandonando a saúde mental, a prevenção e o controle das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive Aids, e os aspectos decorrentes das relações de trabalho.

A falta de decisão política e a parca alocação de recursos constituem as principais causas do fracasso do PAISM, que deveria dar assistência clínica e obstétrica às mulheres de qualquer faixa etária.

Para diminuir a morbidade e a mortalidade maternas, seriam necessários serviços de planejamento familiar de boa qualidade ao alcance de toda a população feminina, aplicados de forma consciente e profunda – e também atingindo os homens. Infelizmente, praticamos o controle da natalidade para impedir o crescimento demográfico, quando deveríamos ter um planejamento consciente. As mulheres brasileiras não têm acesso a informações que lhes permitam planejar sua família por meio do uso de contraceptivos de sua escolha ou de melhor adaptação à sua saúde.

A rede de saúde deve dispor de todos os métodos contraceptivos, a fim de que a mulher que os

procure tenha opção de escolha. As autoridades sanitárias devem não só informar à mulher, mas também orientá-la na escolha do método contraceptivo adequado, para evitar que o processo de esterilização em massa e indiscriminada aumente dia a dia no País.

Em janeiro de 1996, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vetou o projeto de lei que regulamentava o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, o qual tratava do planejamento familiar, apresentado, originariamente, pelos Deputados Eduardo Jorge, Jandira Feghali, Maria Luiza Fontenelle, Luci Choinaski, Sandra Starling, Socorro Gomes e por mim, em 1991.

A primeira tentativa séria de dar solução a um problema que tanto afeta as mulheres brasileiras teve fim triste e melancólico. Continuamos sem maiores opções. É preciso lembrar que o planejamento familiar é um direito constitucional, baseado no princípio de livre decisão do casal quanto ao número e ao espaçamento dos filhos.

Apesar da palavra do Presidente da República, de que derrubaríamos o veto e de que Sua Excelência estaria dando total apoio ao projeto, este ainda adormece. Temos de priorizá-lo como urgência urgentíssima para ser votado e imediatamente sancionado pelo Presidente da República.

A Srª Emilia Fernandes - V. Exª me permite um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA - Com muito prazer.

A Srª Emilia Fernandes - Senadora Benedita da Silva, eu gostaria de cumprimentá-la pelo assunto que aborda; um assunto que tem sido objeto de muitos programas, de muitos anúncios e até de compromissos públicos, como é o caso do Projeto do Planejamento Familiar. Esse projeto teve a posição contrária do Governo, que admitiu a derrubada do veto exatamente no que diz respeito à esterilização livre, espontânea de homens e mulheres, que está prevista no planejamento. Entendo que trazer mais uma vez à reflexão desta Casa a questão da saúde e, agora, especificamente, a da mulher, sem dúvida é muito importante. V. Exª que entende do assunto, que tem acompanhado vários acontecimentos ligados à questão da saúde – não apenas da mulher, mas de idosos, desde o início da sua luta, até mesmo quando Deputada -, sabe o quanto precisamos urgentemente de campanhas, programas, ações concretas. Se analisarmos as idéias que há no papel, veremos que são muitas. Há um Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher, o PAISM,

que é ótimo. É um exemplo de programa a ser seguido até por outros países. No entanto, a sua implementação não se deu, de fato, neste País. Na realidade, faltam recursos, faltam compromissos de governo, faltam decisões mais objetivas. Refiro-me à questão da derrubada do veto relativo ao planejamento familiar. Por incrível que pareça, o próprio Governo admite a derrubada, mas houve um compromisso formal do Presidente do Congresso Nacional, dos Presidentes das duas Casas, de que se colocaria a matéria em pauta. No entanto, simplesmente ainda não se conseguiu votar, não se conseguiu garantir **quorum** suficiente para a sua derrubada. Enfim, acho que a questão da mortalidade materna – a infantil é um outro grave problema – também é um tema em que se deve pensar. É impossível que mulheres continuem morrendo, em índices assustadores, principalmente no Norte e no Nordeste do país, por não terem condições nem mesmo de realizar exames no período da gravidez. Ainda há a questão das doenças sexualmente transmissíveis. Segundo os dados de que dispomos, o índice de mulheres que estão adquirindo o vírus da Aids é alarmante. Em relação à reflexão que nos traz V. Ex^a, só nos cabe, solidarizando-nos, dizer que realmente as suas ponderações vêm ao encontro das idéias pelas quais temos lutado – muitas vezes, juntas – nesses últimos anos. Nossos cumprimentos pela sua manifestação.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço a V. Ex^a pelo aparte, Senadora Emilia Fernandes. Sei que V. Ex^a é também perseguidora dos direitos da mulher. Como V. Ex^a sabe, estamos acompanhando a tramitação desse projeto. Já o discutimos com membros do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. O resultado desse debate chegou ao Presidente da República, que, como ressaltou V. Ex^a, já aceita a derrubada do veto.

No entanto, estamos assistindo a uma falta de prioridade em relação a essa questão, a esse projeto. Senadora, foram realizados muitos debates com a sociedade civil. As pessoas que os promoveram, algumas Deputadas e eu, fomos contestadas nem âmbito nacional, em cada Estado onde discutimos o tema.

Eu, como pessoa religiosa que sou, defendo o planejamento familiar como uma forma sadia e consciente de opção. Não aprovo é o controle de natalidade, porque não quero que o meu País seja controlado; não quero que sejamos – nós, mulheres – as principais vítimas desse controle. Todavia, repito, defendo um planejamento familiar que garanta os

princípios éticos de cada pessoa, sua religião, sua cultura. Esse projeto tem recebido, por essa razão, o respaldo de segmentos da sociedade.

V. Ex^a só engrandece e valoriza o que estou a dizer desta tribuna.

Um outro problema que as mulheres brasileiras vêm enfrentando refere-se à epidemia de Aids. Dia a dia, a participação da mulher assume proporções maiores em relação a essa doença. Se em 1985 tínhamos uma mulher infectada para 35 homens, hoje essa proporção é de uma para três. A transmissão heterossexual cresce na população feminina, pois a metade das mulheres atingidas tem parceiros únicos, fixos; portanto, estão isentas daquela outra justificativa que se dá ao caso.

O câncer de colo do útero apresenta elevada incidência e mortalidade no Brasil. Responsável por 15%, em média, dos óbitos ocorridos com as mulheres no período de 1979 a 1992, a estimativa de óbitos para 1996 era de 5.400. Essa neoplasia, se detectada através de uma simples citologia, pode ser curável em 100% dos casos diagnosticados em fase inicial, o que reduziria substancialmente a sua mortalidade. A mesma situação é visível no câncer de mama, de fácil diagnóstico e tratamento simples, se detectado prematuramente.

Estudos, estatísticas, planos, metas, recomendações, reformulações, estratégias, articulações, atualizações, no Brasil, só funcionam no papel ou servem de assunto para caríssimas campanhas publicitárias. Mas o que realmente interessa à mulher brasileira é a adoção de políticas de saúde que contemplem a dimensão do gênero, eliminando os obstáculos que dificultam a ação preventiva, a fim de que sejam atendidos os nossos anseios por uma vida digna e saudável. Enquanto não nos convenceremos de que a adoção de políticas públicas sob a ótica do gênero é um passo indispensável para que as mulheres atinjam a tão almejada igualdade, nada poderá ser feito que nos beneficie completamente. É urgente a definição de políticas de saúde que contemplem homens e mulheres em suas especificidades, considerando o contexto sócio-cultural em que vivem. Queremos a ciência a serviço da vida e da liberdade.

Partindo desse pressuposto, de que a ciência deve estar a serviço da vida humana e da liberdade, preocupa-nos a notícia de que o Governo brasileiro quer a abertura dos planos de saúde ao capital estrangeiro. A idéia é liberar o ingresso de empresas estrangeiras no Brasil, permitindo a participação do capital internacional nas operadoras de planos de

saúde brasileiras. Isto é, empresas estrangeiras podem associar-se às nacionais, mas não entrar sozinhas no mercado.

Durante a Constituinte, impedimos que instituições estrangeiras pudessem tratar dessa matéria. Queriam inserir na Constituição brasileira um dispositivo segundo o qual o capital estrangeiro poderia participar nessa área. Naquela época, já alertávamos para o fato de que isso não só poderia onerar os custos do atendimento, como poderia interferir na questão do controle de natalidade, uma vez que já se constatava que a esterilização das mulheres no Brasil estava sendo financiada por recursos vindos do exterior, recursos que seriam destinados à política de saúde da mulher brasileira. Essa é uma prática política que ainda existe não apenas na América Latina, e em particular no Brasil, mas também na África.

O Governo queria mais: abertura total, como já ocorre com os seguros de saúde, para aumentar a concorrência no setor e garantir a provável diminuição dos preços e melhoria dos serviços para o usuário dos planos de saúde.

Essa atitude representa uma armadilha para os quarenta milhões de usuários brasileiros que pagam convênios da rede privada de saúde, e revela a pressão transnacional para a abertura do setor ao capital estrangeiro, pois a eventual abertura acabaria criando um monopólio internacional. O Governo acredita que a abertura dos planos de saúde ao capital estrangeiro é a única forma de conter os abusos nos preços das mensalidades e de ampliar as opções para o usuário. Discordamos dessa avaliação, pois, ao invés de gerar uma competição no mercado, criaremos uma hegemonia de grandes empresas estrangeiras, que poderão aumentar ainda mais os preços e as distorções no setor.

Uma proposta com essa justificativa é, a meu ver, uma distorção, porque não pode o nosso Governo, a quem o povo confiou o mandato, dizer que é impossível fiscalizar e garantir um serviço com eficiência. O Governo não pode dar essa justificativa.

Quero crer que se trata apenas de uma distorção de palavras, porque se o Governo não crê em si, naquilo que está implantando, quem vai crer? Quando se coloca que essa é uma forma de melhorar os serviços, de haver competição, não posso calar-me. Pergunto: como competir dessa forma com uma população miserável, sem recursos, que pretende e precisa de atendimento?

Por isso, encerro meu pronunciamento em homenagem ao Dia Internacional de Ação pela Saúde

da Mulher, registrando nossa preocupação e contrariedade em relação a mais uma séria ameaça à saúde dos brasileiros, especialmente das mulheres, que vêm, cada vez mais distantes, suas reivindicações pela adoção de políticas públicas sob a ótica do gênero, com o objetivo de fortalecer os direitos de saúde das mulheres brasileiras.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon. S. Ex^a dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, na próxima quarta-feira votar-se-á na Casa – para que isso aconteça vai haver sessão deliberativa na segunda-feira – o projeto da reeleição para Presidente da República e demais cargos.

Dizem alguns que esse vazio que estamos presenciando no Congresso teria sido deliberativo, espontâneo. O Governo e as duas Casas do Congresso Nacional liberaram seus Parlamentares para que exatamente se esvaziasse o plenário. E, em se esvaziando o plenário, se esvaziassem os acontecimentos verificados lá na Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, entendo ser isso muito negativo, já que vamos discutir um assunto dessa importância e desse significado, que ele seja antecipado de um esvaziamento da Casa.

A tradição no Brasil, pelo menos no passado, era que projetos importantes, polêmicos, eram antecédidos de um amplo debate, de discussões também polêmicas, algumas até, eu diria, acaloradas, em que alguns Parlamentares, por demais apaixonados pelas matérias que defendiam, quase chegavam às vias de fato. No entanto, Sr. Presidente, isso não vem ocorrendo aqui no Senado. Nas matérias mais controvertidas e, às vezes, nas mais importantes, estamos mantendo uma fleuma que nem na Câmara dos Comuns, talvez nem na Câmara dos Lordes, ambas na Inglaterra. A matéria é tranqüila, serena, pacífica, geralmente marcada por reuniões vazias, às quais as pessoas só comparecem na hora do voto.

Mais de uma pessoa já disse que o discurso, por ocasião do encaminhamento de uma votação, pode mudar as convicções de um Senador, mas não o seu voto. O Senador, num debate ou numa discussão, pode até reconhecer isso – aliás, em mais de uma oportunidade constatei que um orador, deixando a tribuna, é cumprimentado, com votos de solidariedade. No entanto, há os que dizem que o seu voto

já estava comprometido. O que é uma pena, pois o debate, na democracia, é exatamente para expor e receber idéias com serenidade e tranquilidade. Diálogo é isso. Debate é isso. Discussão é isso. É levar convicções para que o Parlamentar reformule as suas através da discussão com os demais Parlamentares e depois busque, pelo menos na sua consciência, o que é melhor.

Sr. Presidente, quero dizer, com muita singeleza, o que penso com relação à reeleição. Em primeiro lugar, digo isso com todas as letras, que votar como se quer a reeleição, Sr. Presidente, é um golpe do Congresso. O Congresso vai violentar a sua Constituição.

Tivemos uma Revolução que atingiu tanto o Congresso quanto a Constituição, a de 1930. Fecharam o Congresso, terminaram com a Constituição de 1891, e o Dr. Getúlio Vargas governou como quis. Foi uma revolução popular. Tivemos o Golpe de 1964, quando os militares fecharam o Congresso, derrubaram o Presidente, baixaram uma nova ordem e fizeram o que bem entenderam. Foi um golpe. Mexeram na Constituição. Mas agora temos um Congresso trabalhando em pleno vigor, com uma democracia em plena realidade e o que quer fazer o Congresso? O Congresso quer mudar a Constituição. Tem direito? Tem. O Congresso pode, por três quintos de seus membros, apresentar uma emenda à Constituição. Quanto a isso, não há dúvida nenhuma. Isso já foi feito várias vezes; aliás, essas emendas podem ser apresentadas regularmente – eu mesmo sou autor de várias emendas nesse sentido, não sei se serão aprovadas, mas pretendo que sejam discutidas. Mas, nesse caso concreto, o Congresso quer mudar uma fórmula de eleição introduzindo um instituto que nunca foi da tradição brasileira: a reeleição, que, em várias Constituintes do passado – 1891, 1934, 1946, 1988 e na Revisão de 1993 –, o Congresso votou contra. Há uma tradição no Parlamento brasileiro de votar contra a reeleição.

Mas o aspecto grave não é esse. O fato é que a emenda que está sendo votada aprova a reeleição com efeitos retroativos, beneficiando o atual Presidente. Isso é um absurdo! Mas como a emenda vai retroagir e beneficiar o atual Presidente? Se aprovássemos a reeleição para o futuro Presidente era discutível! Mas quando o Senhor Fernando Henrique Cardoso foi eleito Presidente não existia o instituto da reeleição. Mas agora querem introduzi-lo. Isso é um ato de violência do Congresso Nacional.

O segundo aspecto diz respeito à turbulência que houve na Câmara dos Deputados, ocasionando

um ambiente fechado, carregado, difícil. Não passa pela minha cabeça que o Presidente Fernando Henrique tenha alguma coisa a ver com o ocorrido na Câmara dos Deputados; não passa pela minha cabeça que o Governo esteja envolvido com a compra de votos na Câmara dos Deputados. Mas isso não tira do episódio a gravidade que ele tem em si próprio. Vejam a decisão do Deputado Almino Affonso, um dos maiores, mais competentes e mais sérios Líderes do PSDB, que não aceitou ser o Relator da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação, pelo simples fato de S. Ex^a achar que isso é matéria para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, já que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação não tem condições de averiguar, de aprofundar no que se refere à quebra de sigilo de contas nem sequer convocar pessoas que estariam implicadas. Por isso, ocupo a tribuna neste momento.

Várias pessoas me procuraram, quando da votação do primeiro turno, e me disseram o seguinte: "Sou, Senador Pedro Simon, totalmente favorável ao referendo, mas não voto o referendo, porque acho que votá-lo a esta altura implica o projeto voltar para Câmara dos Deputados. Lá o ambiente está tão tumultuado que o projeto terminaria morrendo na Câmara dos Deputados mesmo. Ou haveria tal mobilização de interesses, que o Governo teria que ceder, sei eu lá quanto, para que o projeto fosse aprovado. Vários parlamentares do Governo, Lideranças importantes dos partidos de Governo disseram-me isto: somos favoráveis ao referendo, mas não o votamos, porque, votando-o na quarta-feira, na quinta-feira o projeto tem que voltar para a Câmara, sujeito a novas duas votações na Câmara, onde o conflito está armado.

Repare, Sr. Presidente, que a minha tese primeira era o plebiscito. Sabe V. Ex^a melhor do que eu que a diferença entre plebiscito e referendo é que, no plebiscito, consulta-se o povo antes de o Congresso fazer a lei, como aconteceu em relação ao parlamentarismo. Consultou-se o povo, que disse não, e não se fez a lei. No referendo é diferente: consulta-se o povo depois de o Congresso fazer a lei; feita a lei, antes de entrar em vigor, pergunta-se ao povo. Retirei o plebiscito e entrei com o referendo para não parecer que eu estava tentando dificultar, boicotar a emenda da reeleição, porque reconheço que o referendo é mais rápido. O referendo não tumultua, não pára o projeto, não o estaciona. Quando chegarmos a fazer o referendo, o Congresso já terá votado, e não haverá mais nada a fazer, pois a matéria não passará mais pelas duas Casas. Se o re-

sultado do referendo for positivo, a votação do Congresso terá valor; se for negativo, não terá valor.

Apresentei a idéia do referendo, e muitos se mostraram simpáticos a ela. Mesmo nesta Casa, o Líder da minha Bancada e o Líder do PPB encaminharam a votação favorável ao referendo, assim como – é evidente – o Líder da Minoria. O Senador Josaphat Marinho e vários outros Parlamentares disseram-me que votariam favoravelmente ao referendo. E o referendo foi rejeitado, Sr. Presidente.

Volto a esta tribuna e apresento uma proposta de quem tem carinho, respeito pela figura do Presidente Fernando Henrique, cujo nome eu não gostaria que no futuro aparecesse maculado com uma votação absurda, que violenta a Constituição. Estou na tribuna para isso, Sr. Presidente. Apresento uma proposta que me parece satisfazer o Governo no que tange à sua opinião acerca de o projeto não voltar à Câmara, pelo tumulto que há na Câmara, e pelo arrasto que teria o projeto naquela Casa, e pela sua imprevisibilidade. Concorro com essa opinião.

Vamos votar a reeleição na quarta-feira. Não tenho dúvida de que ela vai ser aprovada, Sr. Presidente. Pelo mérito, ela até poderia ser rejeitada, mas não há amor maior na história do Parlamento do que o do Senado pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso. Os Parlamentares, os Senadores têm um amor, um respeito, uma veneração pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso que é qualquer coisa de emotiva... Nesse caso, o Congresso vai aprovar a reeleição, Sr. Presidente, sem a emenda do referendo. A Mesa vai promulgar e está aprovada.

Proponho – e disso vai depender o meu voto nessa matéria – que o Presidente da República fale à Nação. Faz tempo que se está esperando um pronunciamento de Sua Excelência. Seria um grande pronunciamento do Presidente da República. Deveria falar à Nação ou enviar um projeto seu à Câmara dos Deputados, assumindo o compromisso de, mesmo tendo sido aprovada a reeleição naquela Casa, enviar uma emenda de reforma à Constituição para criar o referendo. Essa emenda do Presidente da República teria uma tramitação em separado na Câmara dos Deputados. A reeleição já está aprovada, mas essa emenda teria uma votação em separado; irá à Câmara e, se for aprovada, virá ao Senado.

No entanto, a Câmara ou o Senado podem rejeitar, criar confusão; realmente podem, mas a responsabilidade é nossa, e não do Presidente. O Presidente tem um ato de estadista, de grandeza; tem um ato de quem não aceita que se rasgue a Consti-

tuição; tem um ato de respeito ao ouvir a voz popular!

O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem dois caminhos, e um deles é a votação, conforme será feita. Sua Excelência terá de agradecer eternamente à figura do Sr. Antonio Carlos Magalhães; já o fez na posse dos Ministros do PMDB: "Agradeço ao Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Congresso, o extraordinário esforço que fez para aprovar a emenda da reeleição; devemos a S. Ex^a grande parte disso."

Deve ao Sr. Antonio Carlos Magalhães e também ao seu filho, que agora – parece-me – será o seu coordenador político; deve ao "Serjão". Quer dizer, Sua Excelência será candidato à reeleição, mas pagará um preço: será tutelado pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães; será... não sei o adjetivo; será "não sei o que" pelo filho de Antonio Carlos Magalhães e terá a presença permanente do Dr. Sérgio Motta, Ministro das Comunicações.

Sua Excelência vai dever a reeleição a uma meia dúzia de pessoas, aos atos que fizeram, o ato da compra de votos – não sei se é verdade ou mentira -, mas há a crítica contra o Governador do Amazonas e hoje, muito mais grave que as outras, as gravações envolvendo seu próprio filho.

Tudo isso vai estar marcado e carimbado para sua reeleição. Se S. Ex^a aceitar a minha proposta, Sr. Presidente, não tem mais nada a dever. Não deve à sua reeleição, ao Senador Antonio Carlos Magalhães nem ao filho do Senador Antonio Carlos Magalhães, nem ao Dr. Sérgio Motta, Ministro das Comunicações, nem ao Governador do Amazonas. Não deverá a ninguém. Passa a ter uma liderança própria, ou seja, o povo quis, o povo aceitou.

Lamento não ter hoje o que já tive no passado: o acesso ao diálogo fácil com Sua Excelência. A vida inteira tive, mas, atualmente, esse diálogo fácil de Sua Excelência é com pessoas do outro lado. Respeito-o, pois a vida tem essas contingências, dá essas voltas... Quando S. Ex^a se elegeu, convidou-me para liderar o seu Governo e não aceitei. Não me arrependo de não ter aceito porque ali, naquele momento, disse o motivo: que Sua Excelência ia fazer um Governo em conjunto com o PFL e sabia que não ia me entender.

Sabia que poderia ajudá-lo muito mais ficando na tribuna livre e aberta, aconselhando e ajudando do que participando e sendo o primeiro responsável por uma divergência que aconteceria logo no primeiro momento. Se eu pudesse, atravessaria a rua e iria falar com o Presidente da República dizendo: "Olha,

Fernando, tu sabes o carinho que tenho por ti. Sabes, Fernando, como esta caminhada vem de longe. Continuo achando, Fernando, que és um homem de bem, um homem digno, sério; tens uma biografia, queres acertar. Pode ser até que tenhamos divergido, pois este mundo está tão conturbado, pode ser que ainda não tenhamos nos acertado, mas és um homem de bem e estás querendo acertar. Olha, Fernando, corres o teu risco. Vais ganhar esse referendo. Vais sair estadista desse referendo, vais sair como um homem que teve coragem, que perguntou ao povo o que ele queria. Não é para responder com baioneta ou não, pedra ou não, declarações infelizes. Não. Vais ouvir o povo e o povo vai responder. Não devas, Fernando, o teu mandato ao Sr. Antonio Carlos, ele é envolvente, é só ler o livro do Sr. Antonio Carlos, a sua biografia, onde conta que ele e a UDN chegaram e, logo depois, ele já estava envolvendo Juscelino Kubitschek, tinha o telefone particular do Sr. Juscelino Kubitschek, Presidente da República, que muito pouca gente tinha."

Este poder de envolvimento ele tem. É uma competência do Sr. Antonio Carlos. O Sr. Sarney e nós fizemos a Aliança Democrática, da qual o Sr. Antonio Carlos não participou. No entanto, na hora de preencher os cargos do Governo estava o PFL, que então se chamava Frente Liberal. Fernando Henrique, sabe disso. E nós todos fomos fazer a aliança, mas que não se colocasse o Sr. Antonio Carlos nesse ministério, porque fazia parte de um grupo que não participaria do Governo. Mas o Sr. Tancredo Neves se apaixonou pelo Sr. Antonio Carlos. Foi algo que ninguém soube como começou e como terminou, mas foi uma paixão repentina.

E o Sr. Sarney, que era quem mais não queria o Sr. Antonio Carlos, uma vez que dizia, na minha casa, nas nossas reuniões: "Botem que quem vocês quiserem – na época, havia um movimento para colocar o Sr. Freitas Nobre ligado com a imprensa –, botem quem vocês quiserem do MDB". Mas a Aliança Democrática fizemos nós, da Frente Liberal, e você. Não deixe entrar alguém. Sabemos, no entanto, que terminou o Governo e o Sr. Sarney nutria uma paixão fantástica pelo Sr. Antonio Carlos.

Agora, parece que está acontecendo com o Sr. Fernando Henrique também. Podem até dizer que o Senador Pedro Simon está com um pouco de ciúme disso. Não sei. Mas que ele não deixe que essa paixão leve a algo que não é bom.

O Dr. Sarney conseguiu os cinco anos. Ninguém teve mais mérito, lutou mais pelos cinco anos que o Sr. Antonio Carlos. Ninguém! O Ministro das

Comunicações, com concessões de emissoras de televisão e rádio, foi o herói, o campeão dos cinco anos. E lá também o Sr. Sarney agradeceu ao Sr. Antonio Carlos pelo extraordinário esforço que fez para conseguir os cinco anos.

O Sarney levou, mas o preço que pagou...o preço que o Sr. Sarney pagou pela maneira com que levou o que tinha direito. Coitado do meu amigo Sarney! Até hoje discutimos que ele ganhou um ano, mas foi tão incompetente a construção, que, na verdade, abriu mão de um ano. A Constituição dizia que eram seis anos e ele, Sarney, concordou em diminuir de seis para cinco. E a Constituinte, com o Sr. Mário Covas à frente, exigia que fossem quatro anos. E até hoje ninguém diz; não há ninguém, neste Brasil, que diga que o Sr. José Sarney tinha seis anos e abriu mão de um. Mas todos dizem que usando a concessão de emissoras de rádio e de televisão, o célebre "é dando que se recebe", que ficou consagrado, o Sr. José Sarney ganhou um ano e foi para cinco.

Por isso, Sr. Presidente, digo que o Sr. Fernando Henrique Cardoso continue... O Sr. Antonio Carlos Magalhães é competente, seu filho é muito competente, o PFL é muito competente, mas que não deva isso a essas pessoas, nem ao PMDB nem ao PSDB nem ao PFL nem ao Congresso Nacional.

Sua Excelência está em uma posição magnífica. A emenda será aprovada quarta-feira. Não pode mais ser alterada. A reeleição já está garantida. O Presidente tem o ato de magistrado, o ato de estadista.

Mas quero o referendo. Estou entrando com uma emenda pedindo o referendo. Ou então fale à Nação e comunique que, se aprovada a reeleição na quarta-feira, estarei entrando com a emenda do referendo.

Estou escrevendo uma carta ao Senhor Presidente da República. Não sei se é pedir demais, mas teria uma honra muito grande se V. Ex^a concordasse em fazer com que essa carta chegasse às mãos de Sua Excelência. É exatamente este pensamento que exponho aqui que envio a Sua Excelência. E termino dizendo: "Um abraço do amigo Pedro Simon", onde me atrevo a propor, a chamar a atenção de Sua Excelência para a hora importante que está vivendo.

Olha, Sr. Presidente, é difícil que Sua Excelência tenha uma decisão tão importante quanto essa, e tão fácil de ser resolvida. Olha, Sr. Presidente, se a decisão de Sua Excelência fosse essa, aprovar a reeleição e ter mais quatro anos, ou não aprovar a reeleição e não ter quatro anos, aí seria pedir de-

mais. Ganhar quatro anos e bancar o bacana, o puritano, para não votar, era pedir demais. Mas, repare V. Ex^a, não estou dizendo isso. Sou favorável que Sua Excelência tenha quatro e mais quatro, mas que o saiba utilizar.

Deixa o povo dizer que quer, Sr. Presidente. Deixa o povo dizer que quer, e Sua Excelência vai dever ao povo. Se o povo quiser, já é meio caminho andado para a eleição de Sua Excelência: O povo quis e estou aceitando. Caso contrário, o que Sua Excelência vai ouvir durante a campanha, Sr. Presidente, é muito pesado.

Se concordar, entregaria a V. Ex^a e seria para mim uma honra muito grande, se, por intermédio de V. Ex^a, o Sr. Presidente da República recebesse uma carta, que é uma carta de amigo, uma carta de quem quer ajudar. Acho muito difícil, Sr. Presidente, que tenha hoje alguém com esse sentimento que tenho. Juro pelos meus filhos que estou pensando, claro, no meu País, mas estou pensando na figura do Presidente.

Não convém a ninguém que a figura do Presidente, principalmente a de um homem de bem e de dignidade, como o Sr. Fernando Henrique, saia arranhada, saia maculada como poderá sair. Pelo contrário, Sr. Presidente, é bom para todos nós, independentemente de quem vai votar no Presidente ou não, que Sua Excelência saia com a figura de estadista, que é, e da qual não tem o direito de abrir mão, sendo, daqui a pouco, não o Senhor Fernando Henrique candidato porque o povo quis, mas candidato de uma grande competência do pai e do filho, porque o filho, como Presidente, garantiu na Câmara. E o pai, com sua competência, trazendo a metodologia baiana para o Senado Federal, garantiu no Senado.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. PEDRO SIMON - Ouço com prazer V. Ex^a.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Pedro Simon, V. Ex^a está fazendo uma recomendação de um verdadeiro amigo para seu amigo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Espero que o Presidente possa efetivamente ler com atenção sua carta, que merece, sem dúvida, ser encaminhada pelo Presidente do Senado em exercício, Senador Geraldo Melo, uma vez que o Presidente Antonio Carlos Magalhães se encontra em Madri. Penso que é da maior importância que o Presidente leia sua carta. Eu gostaria que Sua Excelência, ao contrário do que disse outro dia, que já não estava mais sintonizando

a TV Senado, hoje, em especial, estivesse ouvindo o texto da sua carta, pelo seu pronunciamento. Sinceramente, se Sua Excelência o estivesse ouvindo, estaria observando que V. Ex^a fala no sentido de conseguir a pacificação nacional, de conseguir que haja um grande consenso, certamente. E é preciso ressaltar que o próprio Presidente chegou a cogitar, e disse a diversos Deputados Federais e Senadores que era favorável à consulta popular. E os dois grandes políticos mencionados por V. Ex^a disseram a colegas do Parlamento que tinham simpatia pelo referendo popular, pela consulta popular. Digo isso porque ouvi do Presidente Antonio Carlos Magalhães que, a certa altura, S. Ex^a considerava ser a melhor solução. Sei que o Deputado Luís Eduardo Magalhães assim também disse a Parlamentares seus colegas. Assim, penso que haveria poucos obstáculos à superação da crise que, nesse momento, não é apenas circunstancial, como se referiu o Ministro Sérgio Motta. É uma crise de profundidade que, conforme V. Ex^a está prevendo, poderá se prolongar até o momento da campanha sucessória. A solução para que o problema seja resolvido, e a legitimidade completamente conferida ao Presidente da República, sem questionamento, é a aprovação do referendo popular. Se o povo disser sim ao direito de reeleição toda essa questão estará superada, não haverá elementos problemáticos durante a campanha sucessória que, obviamente, colocam obstáculos à legitimidade da decisão do Congresso Nacional. Portanto, V. Ex^a age, nesse instante, como amigo e no interesse maior da Nação brasileira.

O SR. PEDRO SIMON - Senador, agradeço o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Senador, é meu dever informar a V. Ex^a que seu tempo já foi ultrapassado em 9 minutos.

O SR. PEDRO SIMON - Já encerrarei, Sr. Presidente, mas não posso deixar de destacar um aspecto com o qual V. Ex^a não pode deixar de concordar: quero fazer uma retificação do que pronunciei aqui porque S. Ex^a está a informar que o Sr. Presidente Antonio Carlos Magalhães e o Ex-Presidente da Câmara são simpáticos ao referendo, e eu estava a imaginar o contrário. A ser verdade, tomara que seja, eu ficaria muito feliz, alteraria um aspecto do meu pronunciamento, pois até o Sr. Antonio Carlos e até o seu filho, que poderiam parecer às pessoas os heróis da reeleição, reconhecem que o referendo é bom para o Presidente.

Por isso, Sr. Presidente, faço-lhe um apelo: para mim seria uma grande honra que V. Ex^a pudes-

se fazer chegar às mãos do Senhor Presidente esta carta que faço questão de encerrar com o nome e o abraço do amigo de sempre, Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – V. Ex^a me pede, Senador Pedro Simon, para realizar uma tarefa que muito me honra.

Pediria licença e convidaria o Senador Lauro Campos para assumir a Presidência, porque gostaria de responder a V. Ex^a, Senador Pedro Simon, em uma explicação pessoal.

O Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – O Senador Geraldo Melo tem a palavra por 5 minutos, para explicação pessoal.

O SR. GERALDO MELO (PSDB-RN. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, é claro que tenho muita honra em aceitar a tarefa que me incube um dos mais eminentes homens públicos deste País, meu amigo, por quem tenho profundo respeito e grande estima. Tenho o dever de dizer a S. Ex^a e a esta Casa que farei a entrega desta carta. Na medida das minhas limitações, procurarei dar conhecimento dos argumentos de S. Ex^a, mas, quero lhe dizer, Senador Pedro Simon, que sinceramente desejo que o Presidente da República não aceite a sua sugestão.

Senador Pedro Simon, conheço V. Ex^a como um democrata e tenho certeza de que V. Ex^a, com esse gesto, além de estar prestando uma homenagem ao amigo a que V. Ex^a se referiu, está pensando na democracia brasileira. Quero lhe dizer que não consigo ver uma democracia sem Congresso.

Para que V. Ex^a entenda a natureza das minhas preocupações, recordo-me de algo que li logo após esse recente episódio ocorrido no Peru, quando o Presidente Fujimori resgatou aqueles reféns que lá se encontravam. Durante quase dez dias, li cartas de leitores dos grandes jornais do País e não me esqueço especialmente de duas delas: uma pedia a Deus que mandasse para o Brasil um Fujimori que pudesse libertar os 170 milhões de brasileiros de sua condição de reféns de um Congresso como este; a outra dizia que nós, aqui no Congresso, estamos querendo acabar com as medidas provisórias e que o leitor concorda com a nossa iniciativa, sugerindo que medida provisória deve ser substituída por ato institucional.

Estou querendo dizer, Senador Pedro Simon, coerente com um entendimento que uma vez expressei a V. Ex^a quando conversávamos, indagando dos motivos pelos quais o povo brasileiro tinha votado contra o parlamentarismo. Dizia eu a V. Ex^a: acho que o povo votou por uma razão muito simples: porque o povo brasileiro não confia no Congresso que tem.

Hoje, que conheço este Congresso, penso que essa desconfiança só se justifica porque o povo brasileiro não conhece o Congresso que tem. E porque muitos de nós usamos esta tribuna e as oportunidades que temos para fazer caricaturas injustas do Congresso Nacional. A grande verdade é que, lá fora, o povo brasileiro, infelizmente, nesse momento, não confia no Congresso que tem. Por isso quero agora chegar à questão do referendo. Estamos vivendo uma quadra histórica neste País, que torna o referendo um instrumento fascistoide e não um instrumento a serviço da democracia. Porque, graças a Deus, tenho certeza que V. Ex^a é um democrata, como tenho certeza que o Presidente Fernando Henrique também o é. Mas imagine se criamos o hábito de fazer um plebiscito antes ou fazer um **referendum** depois a cada vez que o Congresso Nacional tiver decisão importante a tomar.

Imagine que amanhã, sem as boas intenções que inspiram V. Ex^a e sem a garantia da formação democrática do Presidente Fernando Henrique Cardoso, esteja por lá alguém que, lá no fundo do seu coração, deixe que se desenvolva algum complexo de Fujimori. Não tardaria, em cenário e circunstância como essa que estamos vivendo, que se propusessem alterações, por exemplo, no sentido de o Congresso Nacional só decidir bobagem daqui para frente: aprovar, por exemplo, a tabela do campeonato nacional ou a escalação da seleção brasileira, porque os assuntos principais, importantes, que têm a ver com o futuro do povo brasileiro seriam decididos pelo Poder Executivo. O Congresso poderia até ser contra: o Presidente convocaria um **referendum**, e, se o sentimento popular fosse o de hoje, o povo seria contra o Congresso e a favor de medidas que terminariam por sufocar a liberdade e a democracia neste País.

A questão não é a reeleição em si, mas o fato de termos um Congresso legitimamente eleito, que representa o povo brasileiro. Se o Congresso Nacional não tem autoridade para decidir certas questões e, quando decide, se não consultar o povo, está dando um golpe – como sustentou V. Ex^a –, se nós mesmos desautorizamos o Congresso, para aonde vamos? Se amanhã entendessem que o melhor para o Brasil seria dar férias coletivas ao Parlamento brasileiro, o referendo certamente traria para essa proposta, na situação de hoje, o apoio de grande parte da população nacional.

Por isso, Senador Pedro Simon, aceito a missão que V. Ex^a me pede para cumprir. Aceito-a com honra porque, da iniciativa de V. Ex^a, nada que não fosse honroso, nada que não fosse digno, nada que não fosse sério, poderia nascer. Aceito com honra a missão que V. Ex^a me confia, mas peço a Deus que o Presidente Fernando Henrique Cardoso não esteja de acordo com V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon – Só quero dizer que também estou rezando para Sua Excelência. Ambos vamos ficar rezando.

O Sr. Eduardo Suplicy – Senador Geraldo Melo, permita-me registrar que o referendo, o plebiscito e a consulta popular estão previstos na Constituição, que, absolutamente, não é fascista. É uma Constituição democrática. Consultar o povo sobre uma decisão de grande relevância foi previsto pelos representantes Constituintes como um aperfeiçoamento da democracia.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Seador Valmir Campelo.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 376, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 225, II, alínea c, 12, do Regimento Interno, requeiro que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 57 de 1997, de autoria do Senador Ernandes Amorim, que "estende o benefício do seguro-desemprego aos condenados egressos do Sistema Penitenciário e dá outras providências", além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Sala da Sessões, 28 de maio de 1997. – Senador **José Serra**.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - O requerimento lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, consoante o disposto no art. 255, inciso II, alínea c, Item 12, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - Concedo a palavra à Senadora Emilia Fernandes, por 20 minutos.

A SRA. EMILIA FERNANDES (PTB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero, nesta tarde, abordar um assunto que vem sendo tratado dentro do Senado Federal de uma forma bastante cuidadosa e, por que não dizer, sigilosa. Esse assunto tem sido objeto de preocupação, manifestada internamente por vários Srs. Senadores; mas,

desde o dia 26 de maio, o assunto deixou de ser interno desta Casa, tornou-se público e os jornais de circulação nacional publicam matérias sobre ele.

Refiro-me à dificuldade de a Comissão de Educação do Senado Federal se reunir. No dia 26, **O Estado de S. Paulo** publicou matéria com a seguinte manchete: Comissão de Educação está sem **quorum** desde fevereiro. Trabalhos não despertam interesse dos Parlamentares por falta de apelo social.

Hoje, no jornal **O Globo**, o jornalista Ricardo Boechat, em sua coluna, diz que "às portas do segundo semestre, a Comissão de Educação do Senado ainda não se reuniu neste ano uma única vez". Eu corrigiria: ela reuniu-se uma vez, para escolher o Presidente da Comissão. O seu Presidente, o "tuca-no" Artur da Távola, fez várias convocações para votar os projetos em pauta. E continua o registro daquele jornalista.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sobre esses fatos, eu me pronuncio como Senadora, ex-Vice-Presidente da Comissão de Educação nos anos de 1995 e 1996, mas o faço muito mais como educadora deste País.

Esse assunto foi tratado pelo Senador Artur da Távola, numa reunião secreta no plenário desta Casa em que votávamos outras matérias. S. Ex^a, naquela oportunidade, pediu um espaço para tratar do assunto, mas hoje ele tornou-se público. Esse tema também tem sido pauta de correspondências que o Senador Artur da Távola tem enviado a todos os Srs. Senadores, aos 24 membros da Comissão de Educação neste ano, apelando veementemente, dizendo que já convocou quatro reuniões da Comissão de Educação; não obstante, salvo a da eleição, nenhuma obteve **quorum** para funcionamento. E afirma ainda; "nesse ínterim, fiz o possível para facilitar o funcionamento; troquei os dias, convoquei sessões extraordinárias, convoquei a TV Senado, distribuí interessante boletim com tudo que saiu na imprensa sobre os temas de nossa Comissão; de balde, confesso-lhe minha decepção". São palavras do Senador Artur da Távola. "E o que é pior: não fica bem para o Senado da República deixar de reunir uma das mais importantes dentre as suas comissões. Depõe contra nós, além de postergar matérias de suma importância". E ainda faz mais um apelo: "Solicito a cada um dos membros prestigiar as reuniões da Comissão de Educação".

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, agora vemos os meios de comunicação desta semana estampar nas suas páginas uma preocupação ou até uma denúncia acerca da Comissão de Educação.

Portanto, estamos aqui registrando a nossa solidariedade ao Presidente dessa Comissão que ainda não escolheu o seu Vice-Presidente. Realmente, a primeira reunião de 1997, para instalação da Comissão ocorreu em 12 de março. Desde então, foram convocadas sete reuniões e, apesar desses esforços, nenhuma delas se realizou devido à falta de **quorum** mínimo necessário, que é de quatorze Senadores.

Repito, houve uma série de iniciativas: trocas de datas, de horários das reuniões, enfim, tudo para buscar o funcionamento dos trabalhos e a presença dos Senadores.

Estamos assistindo, indignados, a algo que, sem dúvida, não é diferente dos anos anteriores. Tenho em mãos relatório recentemente elaborado pela Secretaria de Comissões, referente às atividades realizadas no biênio 95/96; trata-se do levantamento geral da atividades de todas as comissões permanentes e mistas, com o número de matérias, reuniões e presença de cada Sr. Senador. Portanto, o assunto não é mais sigiloso; tornou-se público.

Conforme aponta o relatório, em 1995, foram convocadas 35 reuniões da Comissão de Educação, e 14 foram realizadas; em 1996, foram convocadas 20, e realizadas apenas três, o que demonstra a existência do mesmo problema agora verificado.

Sr. Presidente, neste momento, cabe um justo registro: em 1995, os trabalhos não andaram por falta de determinação ou de seriedade do Presidente da Comissão de Educação, Senador Roberto Requião. S. Ex^a, presença constante nas reuniões da Comissão, só não viu emperradas todas as matérias, porque adotou o sistema de que, convocada a reunião, não havendo **quorum**, todas aquelas matérias para as quais não havia nenhum impedimento regimental vinham para plenário, o que, particularmente, não considero a ação mais exata, mais correta, mas, sempre a respeitei, porque entendia que seria a única forma de não emperrarmos as matérias submetidas à Comissão.

Sem dúvida, a matéria que não é analisada na comissão específica, que tem a responsabilidade maior de discuti-la, de certa forma, já vem para o plenário com o resultado comprometido. Isso desprestigia a própria comissão que não esmiúça a matéria, não vai ao mérito, não vai ao centro da questão para trazê-la ao plenário após amplo debate.

Foi o que aconteceu e está-se repetindo novamente. Estamos praticamente no final do primeiro semestre, e tudo se repete. Entretanto, é importante ressaltar que no período 95/96, a Comissão de Edu-

cação obteve grande mérito ao debater a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Foram realizadas várias audiências públicas antes de a matéria ir ao plenário.

Precisamos ter presente que as comissões desta Casa são órgãos da mais alta importância, do maior significado. Se nos reportarmos ao nosso Regimento Interno, veremos que é da competência das comissões permanentes discutir e votar projetos de lei; realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil, convocar Ministro de Estado para prestar informações sobre o que está sendo feito, sobre os resultados obtidos, sobre os objetivos a serem atingidos, enfim, prestar informação sobre o que está sendo realizado no País; receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas; apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais, cada um de acordo com o assunto específico que lhe compete; acompanhar, fiscalizar e controlar as políticas governamentais pertinentes às áreas da competência de cada comissão.

Vejam, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a abrangência das atribuições dos membros das comissões. Podemos, inclusive, realizar diligências, apurar denúncias, verificar se os recursos estão chegando ao seu destino.

Hoje só existe a voz do Governo, que presta contas, dizendo o que tem feito, o que tem sido aplicado, mas o Congresso Nacional também tem de exercer seu poder de fiscalização.

Se analisarmos as funções específicas da Comissão de Educação, veremos que ela é muito importante. A ela compete opinar sobre proposições que versem sobre normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desportos, instituições educativas e culturais, diretrizes e bases da educação nacional e salário-educação, tema que merece nossa atenção e discussão; assuntos relacionados à diversão e espetáculos públicos, criações artísticas - hoje tão questionadas -; comunicação, imprensa, radiodifusão, informática, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e de imagens.

Em muitos momentos temos visto o Plenário dizer que é preciso buscar alternativas, porque a forma como são tratados os processos em que são solicitadas as renovações ou a permissão para funcionamento de rádios e televisões no País não é a mais correta, não é a mais transparente.

A Comissão de Educação poderia abraçar essa questão, elaborar uma proposta para o País e apresentá-la ao Plenário, modificando, assim, essa situação. Temos presenciado muitas denúncias, votos contrários e abstenções desde que chegamos a esta Casa.

A Comissão de Educação tem de opinar sobre as criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transportes, utilização de materiais radioativos, apoio e estímulo à pesquisa e criação de tecnologia.

Vejam a riqueza de assuntos que são atribuídos à Comissão de Educação. No entanto, Sr. Presidente, não temos desempenhado a contento o nosso.

E o que temos visto? O próprio Presidente da Comissão, em suas manifestações, tem alegado que isso está ocorrendo devido ao acúmulo de compromissos e de participação em atividades de outras comissões com concomitância de horários e datas, o que impede que os integrantes da Comissão de Educação estejam sempre presentes nas reuniões.

Neste sentido, gostaria de lembrar que o Regimento Interno desta Casa prevê horários e dias para a realização das comissões: a Comissão de Assuntos Econômicos se reúne às terças-feiras pela manhã; a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura se reúne às terças-feiras à tarde; a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania se reúne às quartas-feiras pela manhã; a Comissão de Assuntos Sociais se reúne às quartas-feiras à tarde; a Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional, às quintas-feiras pela manhã e a Comissão de Educação, às quintas-feiras à tarde.

É o que está previsto. E o que ocorre? Há alterações constantes de datas e horários, convocações extraordinárias, e essa parte do Regimento não está sendo observada. Existem problemas que estão impedindo o funcionamento da Comissão de Educação. Não é má vontade. Não acredito que seja desatenção dos Srs. Senadores, mas estamos assumindo o ônus do que os jornais estão aí a exigir e a publicar. Portanto, temos de dar uma resposta à sociedade brasileira. Será que o Congresso Nacional também vai endossar o entendimento de que educação não é importante, de que educação não é prioridade e, por isso, a Comissão de Educação se reúne quando é possível, quando sobra tempo, quando não há outros interesses, outros assuntos mais importantes a serem tratados?

É esse pensamento, essa indignação que quero registrar, Sr. Presidente, no sentido de contribuir

com esta Casa, a fim de que se encontre uma alternativa, uma saída. E é por isso que estamos fazendo um apelo ao Presidente do Senado Federal, ao Presidente e aos membros da Comissão de Educação para que essa situação seja modificada.

Diga-se de passagem, há um relatório mostrando que alguns Senadores, em 1995 e em 1996, não compareceram, um dia sequer, a nenhuma reunião. Portanto, tem de ser feita uma avaliação. Ou o Senador fica numa comissão, assume e trabalha, ou, realmente, as coisas irão por um caminho que não é o melhor, que é o do descrédito, o da desconsideração, enfim.

O que estamos pedindo é que se busque uma alternativa urgentemente, porque o Congresso não pode e não deve arcar com esse ônus de desatenção com a educação.

Eu lembraria aqui o que o jornalista Ricardo Boechat diz no jornal **O Globo**. O título do seu comentário, embora pequeno, mas muito profundo, é: "Em Branco".

Temos de fazer uma opção que precisa ser não apenas do Congresso Nacional, mas da nação, da sociedade como um todo. Ou continuamos com a educação em branco, ou vamos optar por aquela educação em que acreditamos e que defendemos, aquela educação que se faz escrita, se faz lida, se faz transcrita. É aquela educação que acreditamos que é planejada, calculada e multiplicada. É aquela educação que, acreditamos, é pesquisada e comprovada, e também é estudada, é comparada, é projetada, e, acima de tudo, é assumida, executada, respeitada e valorizada.

Dessa forma, Sr. Presidente, registramos esse apelo que fazemos aos Líderes, aos Presidentes de todas as Comissões, para que se encontre um denominador comum. O que não podemos é continuar lendo nos jornais o que não se faz pela educação nesta Casa.

Obrigada.

Durante o discurso da Sra. Emília Fernandes, o Sr. Lauro Campos, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Edison Lobão.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) - Concedo a palavra ao Senador Lauro Campos, por 20 minutos.

O SR. LAURO CAMPOS (PT-DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, nesta paz em que nos encontramos aqui no Senado, devido ao esva-

ziamento de ambas as Casas do Congresso, algo de positivo parece estar ocorrendo. Os discursos aqui proferidos pelo Senador Pedro Simon, pela Senadora Marina Silva e por outros Senadores tiveram hoje um outro timbre, uma outra profundidade, que talvez o alvoroço dos dias normais impeça que reine nesta Casa.

Para não perturbar a calma e a serenidade não devemos penetrar nas causas do esvaziamento do Congresso, porque, se o fizermos, talvez comece aí um novo torvelinho; novas inquietações seriam despertadas ao procurarmos saber por que estamos sós, por que estamos tão isolados. Não há dúvida de que o Senador Pedro Simon apresentou-se hoje quase que com uma nova postura, uma nova figura, tranqüilo, aconselhando, dando bom conselho ao seu amigo Fernando Henrique Cardoso. Realmente, parece-me, ao contrário do que foi dito ao Senador Geraldo Melo, que, se não houver uma legitimação do direito à reeleição por parte de um referendo popular, será muito difícil mantermos esta tenra democracia no Brasil. As eleições serão disputadas em um clima em que o candidato Fernando Henrique Cardoso será acusado de ter comprado o direito à reeleição, adquirido espuriamente esse direito, de ter transformado a sua reeleição na meta das metas, no objetivo quase exclusivo desses três anos de governo, porque, até agora, ninguém pode negar, inclusive há sinais e declarações do Governo de que está mudando os rumos das suas políticas.

Há declarações de Sua Excelência o Presidente da República de que exagerou na abertura, essa abertura que veio como uma verdadeira avalanche destruindo as bases da indústria nacional, desempregando brasileiros, criando uma situação em que há, como lembra hoje o eminente Senador Eduardo Suplicy, 15,9% de desemprego na Grande São Paulo.

Portanto, Sua Excelência não pode mais ir às suas viagens ao exterior, viagens que começaram a ficar desimportantes diante do problema de sua própria reeleição. Ele está ausente dos **boulevards** de Paris, está ausente dos grandes **ristoranti** de Itália, e portanto, algo mais sério o ocupa e o preocupa no Brasil - a sua própria reeleição. E não há dúvida alguma, não adianta querer esconder o sol com a peneira, de que houve um vício redibitório, um vício de origem, que contamina fundamentalmente o adquirido direito de reeleição, cujo ritual terminará no próximo dia 4, aqui neste plenário.

Portanto, a preocupação do Senador Pedro Simon parece-me muito procedente. E preocupante

para aqueles que pretendem ver a nossa tenra democracia, uma democracia que não penetrou na educação e na saúde, na distribuição da renda, na distribuição do saber e do poder, uma democracia quase, única e exclusivamente, cerebrina, idealista, mineira. Prega-se e afirma-se que a democracia existe, mas não se faz nada para que ela realmente exista.

Temo que esta democracia política também nos falte devido à reeleição, devido à forma pela qual o direito a concorrer à reeleição foi obtido, devido ao fato de que, como disse o Presidente da República, não há oposição. Os "neobobos", os caipiras não fazem oposição ao seu Governo. Mas, então, são os partidos da base de apoio do seu próprio Governo que estão atormentando, inquietando a vida de Sua Excelência.

Realmente não sabemos fazer oposição, porque há tanto flanco desguarnecido, tantos problemas a serem criticados, que nós não sabemos fazer oposição.

A velha UDN sabia fazer oposição; por qualquer motivo, depunha um governo, porque sabia fazer política, como dizem os tradicionais; um descuido qualquer, a UDN transformava num crime inafiançável; obviamente, sabia fazer oposição. Se tivessem pego esses pratos cheios, o que fariam na sua ação oposicionista?

Aqui, quando se critica o Governo, somos criticados porque estamos criticando o Governo, como se a função da oposição fosse também a de apoiar e criar a unanimidade absoluta em termos de colocar em prática a vontade do rei. **Quod princeps voluit, legis trabet vigorem** - "aquilo que o príncipe deseja, a lei coloca em ação". E nós, da oposição, não deveríamos nem abrir a boca diante da vontade do príncipe.

Pois bem, realmente não fizemos nada. Foram eles que se enlearam. Quem comprou os votos? Cinco, dois declarados, talvez três ou cinco votos para a reeleição de Sua Excelência. Ouvi aqui da minha cadeira que tinha sido o PT que os tinha comprado.

Não gosto de intrometer-me em conversas que outros companheiros estão entretendo e que eu possa escutar por acaso. Estava muito próximo do meu local de trabalho aqui neste plenário e ouvi. Então, eu disse: sim, talvez o senhor tenha razão. Acho que fui eu e o Chico Vigilante que pegamos R\$1 milhão para comprar esse votos para o Governo. Mas imaginem que suposição mais absurda achar que o PT

comprou votos para apoiar a reeleição do Presidente Fernando Henrique Cardoso! Bem, tudo é possível.

Não há dúvida nenhuma de que as fitas gravadas, a expulsão de dois deputados do PFL e a possível participação de figuras mudaram também de forma e também, como muitos Senadores, estão em vilegiatura pelo mundo. O Ministro Serjão, uma das pessoas possivelmente comprometidas naquele processo - já que existe uma referência a S. Ex^a em uma das fitas -, encontra-se tranqüilo e sorridente em Portugal e, de lá, dispara a sua metralhadora contra o Partido dos Trabalhadores.

É interessante notar que com o Ministro Serjão deu-se o inverso do que aconteceu com o trator. O trator, principalmente o de esteira, é o resultado da transformação dos tanques inventados na Primeira Guerra Mundial. Os tanques, depois da paz, perderam os canhões e se transformaram em tratores. O trator Serjão agora se transforma em canhão para atirar contra a minoria e só acertará se tiver muita pontaria, porque - conforme diz o seu chefe - não existe oposição.

Sr. Presidente, o que realmente me preocupa é o fato de hoje termos tratado de assuntos que mostram em que ponto nos encontramos na sociedade. O homem foi esquecido, abolido das preocupações e prioridades do Governo, porquanto elas se restringem aos banqueiros e ao capital coisa, jamais à vida humana, às pessoas e ao social.

Sr. Presidente, eu gostaria de mostrar que apenas 34% dos recursos do Orçamento dedicados a penitenciárias foram utilizados. O nosso sistema penitenciário está espocando, explodindo. Em Belo Horizonte, numa de suas penitenciárias, na Lagoinha, os presos sorteiam aqueles que devem ser mortos, para que um espaço seja conquistado e os remanescentes possam dormir. Nem na ocasião de Hitler, nem em campos de concentração, houve tal barbaridade, em que o espaço não dá para que todos se deitem, e é preciso matar, eliminar, para conseguir-se esse espaço.

O Governo aplica apenas 34% dos recursos neste setor e afirma que isso é democracia, que estamos diante de um governo de um professor e sociólogo inatacável. Do meu ponto de vista, isso é um indicador, e os meus alunos, em 1970, já me ouviam falar isto: vamos abandonar esses indicadores econômicos mentirosos e vamos ver os indicadores sociais.

Prestem atenção: o Governo não investe na saúde, senão marginalmente. Não investe nas penitenciárias, porque penitenciária não dá lucro, peni-

tenciária é apenas para recuperar aquilo que não tem importância: o ser humano que se marginalizou. Portanto, a prioridade das prioridades, que deveria ser a preservação, a proteção e ampliação da vida humana, esta não consta a não ser das falas eleitorais, para ganhar voto; mas na prática, quando realmente se inscrevem e se objetivam as prioridades dos governos e da sociedade, encontramos os recursos: mais de R\$20 bilhões para salvar banqueiros. Mas banqueiros falidos? Todavia, o neoliberalismo afirma que aqueles que são aptos, aqueles que sabem concorrer, que são mais adequados no processo da livre concorrência, estes vencem, os outros são derrotados. Se houve uma falência de banqueiros, como socorrer aqueles que demonstraram a sua incapacidade, a sua ineficiência, e chegaram à falência?

Quando o mercado neoliberal baixa a sua lâmina e condena uma firma, uma indústria, um banco à falência, de acordo com a filosofia neoliberal deles, o Governo não tem nada que interferir; tem que deixar que a mão invisível e as forças de mercado pratiquem a sua racionalidade.

Portanto, é realmente um absurdo, uma incongruência que um governo neoliberal venha a socorrer banqueiros falidos.

O Sr. Eduardo Suplicy - Concede-me V. Ex^a um aparte?

O SR. LAURO CAMPOS - Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador Lauro Campos, V. Ex^a contrasta muito bem as prioridades de Governo, porque estava na Lei de Meios, na Lei de Orçamento, a previsão de se determinar a quantia a ser gasta com a construção de cadeias, e 34% apenas daquilo que o Congresso Nacional permitiu ao Governo realizar acabou não se fazendo. Isso obviamente constitui uma das explicações para a extraordinária crise que ocorre em todo o sistema penitenciário brasileiro, a ponto de diariamente divulgarem-se notícias de rebeliões. Ainda hoje mesmo, na Casa de Detenção do Complexo Carandiru, o noticiário da hora do almoço mostrou estar havendo uma nova rebelião. E o Governo só pensa no ser humano se estes forem os grandes proprietários de corporações, de instituições financeiras. Os Ministros da Economia estão prestes a dar todas as explicações e justificativas para a liberação, quase que do dia para a noite, de recursos em larga escala, como os provenientes do Proer. Diz o Governo que não se trata de recursos do Orçamento, mas, sem dúvida, refletem sobre o Orçamento. Espero que o

Ministro Pedro Malan venha ao Senado, no dia 11, preparado para responder como o Proer, desde o seu início, está afetando as finanças públicas, seja pelo lado da renúncia fiscal, seja pelo da destinação de crédito, a taxas de juros mais baixas, para as instituições a ele ligadas. S. Ex^a não poderá negar que há uma influência primeiro direta, mas depois indireta do Proer nos recursos do Tesouro.

O SR. LAURO CAMPOS - Agradeço a V. Ex^a o aparte, com o qual concordo. Também gostaria de lembrar que, por meio de uma "matemática", o Governo do Estado de São Paulo conseguiu R\$50,4 bilhões para socorrer o Banespa.

Nesse aspecto, o que também me preocupa é o fato de que o Ministro Adib Jatene, que estava indo muito bem na saúde, foi obrigado a demitir-se, porque os recursos que havia conseguido a duras penas - R\$4 bilhões -, por meio do imposto do CPMF, não lhe seriam atribuídos.

E agora puseram um Ministro da Saúde que quer, como está no artigo magnífico de Elio Gaspari, da **Folha de S. Paulo** de hoje, fazer uma "proerização" também na saúde, ou seja, os serviços de saúde privados poderiam, de acordo com esse projeto do Ministro, receber de um fundo de R\$3 bilhões, recursos para os casos, as operações, as intervenções de alto custo, justamente as que não são aceitas hoje por esses seguros privados de saúde. Portanto, eles ficariam livres dessa parte como aconteceu com os bancos que ficaram livres da parte podre, porque a estatizaram; ficariam livres desses custos elevados, porque esses serviços seriam pagos por intermédio desse fundo de R\$3 bilhões.

O SR. PRESIDENTE (Edison Lobão) - Senador Lauro Campos, sua manifestação é sempre atual e encantadora, mas o seu tempo já excedeu alguns minutos. Por isso, peço a V. Ex^a que conclua o seu discurso e assuma a Presidência quando deixar a tribuna.

O SR. LAURO CAMPOS - Será um prazer, Sr. Presidente.

Para encerrar, gostaria de dizer que, em relação ao pobres que estão merecendo no corredor da morte por falta de recurso do SUS, em relação a esses não haverá medida alguma; no entanto, para aquelas intervenções, aquelas operações, aqueles serviços médicos de alta rentabilidade e de elevado custo, esse fundo criado pelo Ministério da Saúde e irá enriquecer a saúde privada e os proprietários dos hospitais privados.

O Sr. Edison Lobão deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) - Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão, por 20 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, cinco anos após a histórica Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, a comunidade internacional deverá proceder neste ano ao primeiro exercício de avaliação global da implementação pelos países dos resultados e dos acordos alcançados na Eco-92.

Esse é o propósito com que foi convocada a Sessão Especial da Assembleia-Geral das Nações Unidas, a realizar-se em Nova York, de 23 a 27 de junho próximo, e na qual se espera a participação de um número significativo de chefes de Estado e de Governo.

No plano da sociedade civil, como se recordará, os resultados da Eco-92 foram objeto de uma avaliação independente durante a conferência RIO+5, que teve lugar no Rio de Janeiro, em março passado, e que contou com a participação pessoal do Senhor Presidente da República e de ilustres personalidades de todo o mundo.

A Conferência do Rio, em 1992, representou, como todos reconhecem, um marco sem precedentes nas relações internacionais. Os documentos emanados da Rio-92, particularmente a Declaração do Rio e o Programa de Ação reunido na Agenda 21, estabeleceram as bases de uma nova parceria global e consagraram o desenvolvimento sustentável como item prioritário da agenda internacional.

A Conferência do Rio colocou o ser humano como o centro das preocupações da comunidade internacional na promoção do desenvolvimento sustentável, e exerceu papel instrumental na consolidação de uma conscientização ambiental mais vigorosa em todos os segmentos da sociedade e em todos os países do mundo.

Os documentos emanados da Conferência do Rio, estabeleceram os princípios fundamentais, que devem instruir a cooperação internacional na promoção do desenvolvimento sustentável.

Dentre eles, ressaltam o reconhecimento de que a pobreza e a degradação do meio ambiente es-

tão estreitamente relacionadas, a constatação de que a principal causa da deterioração do meio ambiente global são os padrões insustentáveis de produção e consumo, especialmente nos países industrializados, e o princípio de que os Estados têm responsabilidades comuns, mas diferenciadas, na proteção do meio ambiente global em função de suas responsabilidades históricas na degradação ambiental do planeta.

Os recursos internos, na maioria das vezes, não são, contudo, suficientes diante da magnitude dos desafios e das tarefas a cumprir. Daí a importante contribuição da Conferência do Rio ao consolidar as bases de uma parceria global fundada na solidariedade e na responsabilidade compartilhadas dos países.

Nesse sentido, os consensos alcançados no Rio determinam que os Estados cooperem na promoção de um sistema econômico internacional aberto, que dê apoio à promoção do desenvolvimento sustentável em todas as partes do mundo. Reconheceram também que o cumprimento dos objetivos da Agenda 21 requer um fluxo substancial de recursos financeiros novos e adicionais, e a transferência de tecnologia ambientalmente adequadas, em favor dos países em desenvolvimento.

É a implementação desse importante patrimônio legado pela Conferência do Rio que os Chefes de Estado e de Governo, reunidos na Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, estarão analisando em Nova Iorque no próximo mês de junho. A Sessão Especial deverá também fixar prioridades claras de ação para a comunidade internacional nos próximos anos.

Ao Brasil, que sediou a Conferência das Nações Unidas em 1992, cabe naturalmente um papel de liderança na condução desse exercício. E nossa diplomacia certamente estará desempenhando com ardor essa tarefa.

É inegável que muitos avanços foram alcançados nos últimos cinco anos na direção dos objetivos fixados pela Conferência do Rio.

Na maior parte, esses avanços se devem aos esforços individuais dos Governos e ao grau de conscientização e de mobilização da sociedade civil em todos os países. Com efeito, dentre os principais sucessos a contabilizar estão a internalização da questão ambiental no planejamento nos diferentes níveis da administração e a admirável capacidade de resposta e de contribuição da sociedade civil na elaboração de agendas de desenvolvimento sustentá-

vel com impacto direto no nível municipal e das comunidades locais.

No plano internacional, contudo, preocupa a constatação de um certo esmorecimento do "espírito do Rio", que se tem traduzido numa implementação insuficiente dos compromissos assumidos consensualmente pelos países na Agenda 21, especialmente no que se refere à mobilização de recursos financeiros e à transferência de tecnologias ambientalmente adequadas como instrumentos fundamentais da cooperação internacional para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a tarefa central e principal desafio que terão diante de si os Chefes de Estados e de Governo, durante a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas, é o de decidir ações e promover os meios efetivos de cooperação internacional com vistas à observância dos princípios e implementação do programa de ação definidos na Conferência do Rio.

Entendo, Sr. Presidente, que o Brasil deve participar da Sessão Especial com as credenciais de um País que não tem poupado esforços no sentido de valorizar e proteger o seu patrimônio ambiental. Somos um País que se orgulha de exibir uma matriz energética essencialmente limpa e de ser detentor de uma das mais importantes reservas de biodiversidade do Planeta.

E deve participar também com as credenciais de um País que tem caminhado de maneira decidida na construção de um modelo de estabilidade econômica e desenvolvimento sustentável, apoiado na consolidação da democracia e no respeito aos direitos de cada cidadão. Os grandes desafios enfrentados hoje pelo Brasil e as prioridades do nosso projeto como nação nas áreas da consolidação da democracia, do respeito aos direitos humanos, valorização da cidadania, crescimento econômico com justiça social e proteção do meio ambiente constituem em si mesmo uma síntese integralizadora dos grandes desafios do desenvolvimento sustentável.

Espera-se que a Sessão Especial da ONU produza um conjunto de decisões de impacto político em áreas de importância crítica na agenda multilateral do meio ambiente, tais como a proteção da biodiversidade, a proteção da floresta, a questão das mudanças climáticas, uso sustentável dos recursos hídricos e controle de produtos químicos. Em cada uma dessas áreas há importantes processos negociadores em curso ou propostos no horizonte de curto e médio prazos. E em cada um deles há implica-

ções profundas para um País com a importância do Brasil em termos ambientais.

Na área do clima, por exemplo, há pressões para que países como o Brasil venham assumir compromissos de redução de suas emissões de gases causadores do efeito-estufa. Hoje, as metas de estabilização das emissões aplicam-se exclusivamente aos países industrializados, que, por sinal, não as têm cumprido. Como o Brasil se tem posicionado e como se posicionará nas negociações futuras sobre esse tema? É uma indagação que precisa ser feita. Aceitaremos a transferência para países como o Brasil da responsabilidade de corrigir, à custa do seu próprio desenvolvimento e imobilização do seu patrimônio ambiental, o efeito nocivo das emissões que são responsabilidade histórica do mundo industrializado?

Na área de florestas, fundamental para a economia regional e valorização dos recursos da Amazônia, parece haver uma pressão crescente no sentido de negociar-se uma convenção internacional sobre Proteção de Florestas. Quais as implicações disso para o Brasil? E que posições temos tomado? Há também indicações de que será proposta a inclusão do mogno e possivelmente de outras espécies de madeiras tropicais em listagem da Convenção sobre Espécies Ameaçadas de Extinção. Qual a posição do Brasil?

O Brasil possui a maior reserva ambiental de biodiversidade. Como os nossos interesses estão sendo tratados nas negociações em curso no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica? Como as decisões dos Chefes de Estado e de Governo poderão impactar, a partir da Sessão Especial, o tratamento futuro de questões como proteção dos conhecimentos tradicionais sobre os recursos da nossa biodiversidade?

O Brasil possui a maior reserva mundial de água doce, mas ao mesmo tempo nossas cidades padecem de problemas crônicos relativos ao abastecimento e tratamento da água. Como a questão do meio ambiente urbano e especialmente os aspectos relacionados com o saneamento urbano serão tratados no futuro pelas Nações Unidas. É possível esperar-se um aumento dos recursos disponíveis de financiamento internacional para atender às necessidades básicas de nossas populações nessa área?

Essas são perguntas, Sr. Presidente, que mostram a relevância para o Brasil das questões que certamente estão sendo discutidas durante o processo preparatório da Sessão Especial das Nações Unidas.

Essas são questões que exigem o acompanhamento atento pelo Senado Federal das negociações externas relativas à implementação da Agenda 21.

Essas são questões que sugerem a oportunidade de solicitar ao Sr. Ministro das Relações Exteriores e ao Sr. Ministro do Meio Ambiente que façam chegar a esta Casa ou que tragam pessoalmente, se assim for possível, informações sobre o andamento do processo preparatório para a Sessão Especial da Assembleia Geral das Nações Unidas e das posições que o Brasil tem sustentado nesse contexto.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha por 20 minutos.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco-AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, inicialmente gostaria de abordar assunto já tratado, nesta tarde, no plenário do Senado, pelo Senador Gilvam Borges. Refiro-me a matéria publicada em vários jornais de circulação nacional, entre os quais o Jornal **O Liberal** de Belém do Pará, e o Jornal **O Estado de S. Paulo**. Fazem uma avaliação depreciativa da nossa Zona de Livre Comércio, das cidades de Macapá, Santana e Laranjal do Jari. Alio-me ao Senador Gilvam Borges nos comentários que faz contestando a veracidade da matéria.

É claro que o Amapá, bem como vários outros Estados brasileiros, principalmente os da Região Amazônica, passam por uma situação econômica e social bastante difícil, o que compromete a qualidade de vida do povo dessa região mais isolada do País. É verdade que as favelas têm-se ampliado no nosso Estado. Mas parece-me que culpar a Zona de Livre Comércio por tudo isso faz parte de uma campanha orquestrada com o objetivo de tentar destruí-la.

A nossa Zona de Livre Comércio ainda é incipiente. Talvez ela não atenda às necessidades de desenvolvimento e de melhoria da qualidade de vida do povo do nosso Estado, em função do fato de que não permite a industrialização de produtos, sobretudo eletroeletrônicos, o que certamente dificulta a geração de empregos. É correta a avaliação de que foi gerada a expectativa de novos empregos com a criação da Zona de Livre Comércio. Mas alegar que a Zona de Livre Comércio foi criada em 1990, como mostra a matéria, é um tremendo equívoco. Parece-me que essa é uma afirmação de má-fé, já que a lei é datada de 1991.

Assim, não há possibilidade de se dar crédito a essa matéria, que extrapola o bom senso e que pa-

rece ter como objetivo principal mostrar o aspecto negativo do nosso Estado e da Região Amazônica.

As favelas se multiplicam no nosso Estado, mas isso ocorre em todos os Estados brasileiros. O surgimento de favelas é decorrente de uma deficiência na política de geração de empregos como um todo. É claro, a transformação do nosso ex-Território em Estado contribuiu também para uma migração mais acentuada de pessoas que vivem em condições ainda piores nas regiões ribeirinhas do nosso Rio Amazonas e nas nossas ilhas. Essa população que vive na zona rural está totalmente desprotegida de qualquer mecanismo público que lhe garanta saúde, educação, transporte e condições adequadas de moradia. Em função disso, ocorre a migração para os grandes centros que começam a implementar o seu desenvolvimento como a questão do Estado do Amapá.

O problema de Laranjal do Jari constante da matéria é um outro grande equívoco. O que acontece naquela região não é decorrente da zona de livre comércio. Laranjal do Jari e Vitória do Jari, que é um Município recém-criado, é também um equívoco na política de desenvolvimento que o Governo sempre encaminhou para a Região Amazônica com a implantação de grandes grupos econômicos na região, os quais modificaram totalmente o hábito de vida daquelas pessoas que antes viviam do extrativismo, da agricultura e que passaram a ocupar cargos ou funções de empregados de empresas. Logicamente, essas empresas necessitam melhorar a sua qualificação.

O processo de ocupação de Laranjal do Jari vem de longos anos, praticamente desde 1920, quando um grande latifundiário foi adquirindo terras nos Estados do Pará e do Amapá. Posteriormente, foram vendidas para os portugueses. Depois, o Ludwig as adquiriu, lá implantou uma fábrica de celulose e começou a explorar o caulim, produzido no Amapá, cuja mina fica no Amapá, mas sua industrialização é feita no Pará.

Esse processo migratório é antigo. As palafitas às margens do Rio Jari somam aproximadamente seis mil. Estou preparando um pronunciamento mostrando a realidade drástica em que vive a população do Jari, que merece maior atenção do Poder Público tanto estadual quanto federal. Mas esse processo foi uma inversão de valores no sentido de oportunidade de melhoria da condição de vida das pessoas, das populações tradicionais da região, um equívoco do direcionamento do desenvolvimento implementado na região, sobretudo no Governo militar, quando

houve migração de grandes grupos econômicos para a Amazônia, numa tentativa de ocupá-la e levar o desenvolvimento.

Não é verdade que a favelização de Laranjal do Jari seja decorrente da zona de livre comércio. Isso é uma falácia, uma matéria enganosa. Portanto, estou aqui também para desmentir.

O Amapá tem sido citado no caso de tráfico de drogas. Preparo outro discurso para debater essa questão e vou ao Ministro Iris Rezende discutir concretamente essa situação. A imprensa nacional e setores da Polícia Federal têm declarado que também o Amapá está incluído na rota do tráfico. Isso não ocorre em função da zona de livre comércio, mas em função de ser um local longínquo, de difícil acesso. Os traficantes preferem justamente essas localidades, essas cidades, esses meios. Isso ocorre dentro da capital; mas, em geral, as pistas clandestinas de pouso na Amazônia nunca se encontram dentro da cidade, porque geralmente estão na floresta e nos campos daquela região. A matéria também não é coerente, pois diz que foi a zona de livre comércio que desencadeou o processo do tráfico de drogas.

Quanto ao crescimento da violência, é lógico que o aumento populacional sem políticas econômica e social, definidas pelo Poder Executivo e, principalmente, pela União não geram empregos, não criam habitações populares e a educação fica esquecida – apesar de estar um pouco melhorada em nosso Estado. A falta disso desampara as populações ribeirinhas e aquelas do interior de nossas florestas que acabam por migrar para a cidade. Uma parcela pode ser em função da zona de livre comércio. Contudo, não é isso o que prepondera.

Se o Amapá não é um paraíso, aquele local que todos desejamos que fosse, certamente não é o que a matéria tenta mostrar, já que ela nos traz apenas o aspecto negativo do Estado. Por isso, venho a esta tribuna repelir a matéria e ainda contestar as posições do Vice e do Governador do Estado, haja vista possuírem posições exatamente contrárias às zonas de livre comércio.

É possível interpretar, analisar e, inclusive, apontar alguns de seus aspectos negativos, como o que acontece com a migração – fruto da expectativa de geração de emprego – e mesmo o seu contrário, quando essa migração decorre de uma expectativa de emprego que não aconteceu na proporção esperada. De fato, esse pode ser um aspecto negativo da zona de livre comércio, mas combater a zona de livre comércio? Aqui coloco essa questão do governo estadual, que até agora não se posicionou concreta-

mente, nunca assumiu uma posição de frente, em defesa da zona de livre comércio, como faz, por exemplo, o Governo de Rondônia, como faz o Governo de Roraima, que fica lutando para a implantação da sua zona de livre comércio.

Infelizmente, o Governo do Amapá tem sido omissos nesta questão de ter na zona de livre comércio uma das alavancas do seu desenvolvimento. E é um aspecto importante. De lá decorreu a ampliação do nosso porto, um porto de grande calado, que permite a ancoragem de navios de grande calado, de qualquer parte do Brasil. Estamos na foz do Rio Amazonas, estamos no litoral atlântico e, portanto, com todas as condições necessárias para implementar o nosso desenvolvimento e gerar melhores condições de vida para o nosso povo.

Ao mesmo tempo em que o Governo combate a zona de livre comércio nesse aspecto de que contribuiu para a migração, para a favelização, para o crescimento da violência, tenta estabelecer acordos com a Guiana Francesa e com a França, no que tem o meu respaldo. Apóio o acordo com a França como um todo, mas em particular com a Guiana Francesa, que faz limite com o nosso Estado. Acredito que esta articulação também com a França, um país mais desenvolvido, logicamente permitirá, por via rodoviária, chegar-se ao Suriname, à Guiana e aos países do Caribe. Será que isso também não vai provocar uma migração para o nosso Estado?

É um processo semelhante. Não tenho dúvida alguma de que a ligação rodoviária, por exemplo, do Amapá com a Guiana Francesa, vai trazer benefícios para o nosso Estado, mas vai gerar também transtornos. E quando o Governo do Estado se mostra contrário ao desenvolvimento da zona de livre comércio, demonstra ser favorável à articulação com a Guiana Francesa, que deve ter os mesmos resultados do ponto de vista da ampliação desses fatores negativos já citados.

Quero reafirmar que sou favorável à zona de livre comércio. Penso que devemos encontrar mecanismos para que a idéia prospere, devemos inclusive encontrar formas para transformá-la numa zona de industrialização. E o Governo do Estado é importante nesse processo, devendo-se juntar a todos os que defendem essa atividade econômica, porque é uma das poucas que têm de certa forma gerado empregos dentro do Estado, além de vir contribuindo para um desenvolvimento, senão adequado, pelo menos o possível até hoje no Estado do Amapá.

Nessa segunda parte do meu discurso, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma referência ao Blo-

co Parlamentar da Câmara dos Deputados, constituído pelo PDT, PT, PC do B e PSB, que perpetró duas ações na Justiça de Brasília: uma delas visando a barrar a tramitação da emenda da reeleição no Congresso, e a outra tentando viabilizar a instalação imediata da CPI da compra e venda de votos na Câmara. A primeira é uma medida cautelar, a ser protocolada pela Justiça Federal pelos Líderes dos Partidos que formam esse Bloco, e a medida é preparatória para a apresentação de uma ação popular, que deve ser impetrada futuramente. O objetivo dessa ação é sustar o processo de tramitação da emenda da reeleição no Senado, impedindo sua votação em segundo turno, marcada inicialmente para o dia 4 de junho.

A segunda ação será apresentada ao Supremo Tribunal Federal, na forma de um mandado de segurança, para viabilizar a instalação imediata de uma CPI na Câmara dos Deputados, com o objetivo de investigar as denúncias já divulgadas amplamente pela imprensa.

Agora, está fortalecida a idéia da CPI, com a decisão sóbria, sensata, judiciosa do Deputado Almino Affonso, a quem devemos render nossas homenagens por tratar-se de um Deputado do PSDB que tomou uma atitude que demonstra toda a sua hombridade nesse momento difícil.

Infelizmente, o Governo tenta passar à população uma outra história bem diferente – de certa forma uma enganação para a população – de que a sindicância ou a Comissão de Constituição e Justiça poderiam processar os ex-Deputados e os Deputados e chegar às conclusões finais que a Nação hoje exige com relação às acusações, já comprovadas, de compra e venda de voto.

O Deputado Almino Affonso foi realmente taxativo ao afirmar que a Comissão de Constituição e Justiça não lhe dá os mecanismos, não tem a competência para convocar os ex-Deputados que renunciaram e que poderão ser candidatos nas próximas eleições de 1998. Isso está sendo pouco divulgado pela imprensa, e os dois Deputados podem reeleger-se em 1998 e voltar ao Congresso Nacional; podem ser Deputados Estaduais ou candidatos a Prefeitos, porque a Comissão de Constituição e Justiça não terá como processá-los, julgá-los e condená-los, dentro dessa expectativa de suspender os seus direitos constitucionais de participar das eleições como candidatos.

No caso de serem cassados pelo Congresso Nacional, ficariam impedidos, pelo menos por oito anos, de participar de qualquer pleito em nosso

País. Isso, infelizmente, não tem como acontecer, a menos que seja criada a CPI.

A Comissão de Constituição e Justiça não tem competência para convocar os Governadores que estão sendo denunciados, nem o Ministro que foi arrolado no processo. Então, de que forma um Relator, com essa disposição de descobrir e investigar profundamente essas denúncias, poderia conduzir o seu trabalho dentro de uma comissão limitada, que, de fato, não lhe dá a competência necessária para esses procedimentos?

Está correto o Deputado Almino Affonso que, advogando em favor da CPI – conforme sempre fez –, assinou requerimentos. Por isso, congratulo-me com S. Ex^a; apesar de ser do partido do Presidente da República, a sua decisão demonstra claramente que está pensando no melhor do Congresso Nacional; a sua atitude, de certa forma, traz a recuperação de uma parcela do Parlamento, porque mostra que aqui também há homens dignos, que merecem o respeito da Nação. Embora do PSDB, S. Ex^a decidiu tomar uma posição de independência nessa questão e trabalhar em favor do Brasil, do Congresso Nacional e do próprio Governo.

Não tenho nenhuma dúvida de que o maior beneficiado desta CPI seria o próprio Presidente da República, que teria condições de provar para a população que não teve nada a ver com isso, uma vez que o porta-voz do Presidente tem dito que Sua Excelência quer a punição exemplar dos que participaram dessa maracutaia. Dessa forma, seria bom para o próprio Presidente que houvesse a CPI e que esta chegasse a apontar os devidos culpados.

Claro, se houve alguém que vendeu votos, uma outra pessoa teve que comprá-los. A Comissão de Constituição e Justiça também não terá, de forma nenhuma, como chegar aos compradores dos votos, haja vista que o Presidente da referida Comissão, Deputado Henrique Alves, insiste em que ela dispõe de mecanismos necessários para a investigação, do que discordo com bastante ênfase e com bastante veemência.

Na segunda-feira, referi-me a uma entrevista, extremamente coerente e lúcida, do eminente Professor de Ética e Filosofia Política da Universidade de Campinas – Unicamp, Professor Roberto Romano, e a entrevista foi publicada no **Correio Brasileiro** de domingo com o seguinte destaque: "Fernando Henrique Tornou-se Refém do Legislativo".

Gostaria de solicitar a transcrição desse artigo nos Anais da Casa, para que fique registrada essa posição bastante lúcida e enfática em relação ao

momento grave em que vivemos. Essa entrevista não se revela tendenciosa no sentido de apontar a responsabilidade somente do Presidente da República. Ela, de certa forma, mostra que o Presidente está transitando por um caminho bastante perigoso, que pode levar o nosso País a uma situação irreversível quanto à manutenção do nosso processo democrático e de todas as nossas instituições.

Sem querer ser maçante, vou destacar alguns trechos da entrevista do Professor Romano, para melhor analisar o assunto e estabelecer o raciocínio que pretendo desenvolver ao final do meu pronunciamento.

O professor destaca, por exemplo, que "o modelo de democracia em vigor no País, sem uma definição clara das funções e responsabilidades dos três Poderes, leva a crises institucionais cíclicas." "Estamos vivendo mais uma delas," disse ele.

Perguntado sobre o discurso do Presidente quando falou que as baionetas são argumentos mais fortes do que as pedras ou as manifestações públicas, numa referência clara a que o Governo poderia reagir também com violência nessas manifestações, o Professor responde: "Fiquei muito preocupado com o futuro próximo do País, depois do discurso do Presidente. É o mesmo discurso da UDN nos anos 60, e todo mundo sabe no que deu. Se prosseguir no caminho adotado com a fala de quinta-feira, em que prega o uso da força para garantir a ordem, o presidente estará dando espaço no governo a grupos favoráveis ao golpismo".

Essa é a ênfase principal dessa entrevista, quando alerta que grupos golpistas se aproximam do Governo do Presidente Fernando Henrique e começam a pressioná-lo nesse sentido.

E ainda responde quando perguntado: "O senhor quer dizer que há riscos de um golpe?" Ele diz: "Fernando Henrique vem tratando a oposição como inimiga da nação". E é esse, realmente, o tratamento que o Presidente tem dado à Oposição, embora esta esteja disposta a contribuir, a discutir, a debater os problemas do País, a encaminhar uma proposição construtiva; Sua Excelência tem se negado a aceitar qualquer apoio, qualquer proposta, qualquer ajuda da Oposição. Ele diz que o Presidente tem tratado a Oposição como inimiga da Nação, como chegou a fazer referência em discurso.

Com essa atitude, o Presidente fechou os canais de comunicação entre o seu Governo e os seus opositores institucionais. Esqueceu...

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Senador Sebastião Rocha, gostaria de lembrar a V. Ex^a que o seu tempo está esgotado.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Já concluo, Sr. Presidente.

Gostaria de destacar que um Presidente deve ser um Magistrado, Chefe da Nação e, portanto, Chefe também da Oposição como Magistrado, uma vez que é próprio do sistema democrático a convivência com a Oposição. Ao tratar, portanto, essa Oposição como inimiga, o Presidente se aproximou dos grupos que, historicamente, estão ligados aos movimentos golpistas do País.

Ainda com relação à invasão dos prédios públicos, Sr. Presidente, que considero um aspecto importante, ele também chama atenção, dizendo que estamos vivendo, de fato, um momento delicado. E lembra que em 1962 passamos por uma situação semelhante, pois de um lado estavam as ligas camponesas e, de outro, os grandes latifundiários. Hoje, temos o Movimento dos Sem-Terra e a UDR.

O discurso do Presidente, afirma mais na frente, deu voz aos que vinham pregando, ou seja, seus aliados, com relação aos líderes dos sem-terra. Chegaram a propor que Fernando Henrique agisse como o Presidente do Peru, Alberto Fujimori. Tal discurso, de forma nenhuma, contribuiu para serenar os ânimos.

A última questão que gostaria de ressaltar na entrevista é a respeito do posicionamento da Oposição. Quando indagado se a Oposição também não tem responsabilidade nessa crise institucional, o professor responde:

"No início do Governo, a Oposição adotou uma postura muito tímida, levada, inclusive, pelas relações pessoais com o Presidente. Muitos políticos de esquerda eram amigos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, viveram com ele no exílio. Em alguns setores da Esquerda deu-se um crédito de confiança ao Presidente.

(...)

O momento poderia ter sido aproveitado para se estabelecer um diálogo franco, mesmo que duro, entre as duas partes. A Oposição acabou se reorganizando – e agora com respaldo popular – porque o Governo não conseguiu ainda atender às enormes demandas sociais do País. Ficou enredado na disputa pela aprovação da emenda da reeleição."

Mais uma vez, Sr. Presidente, solicito a transcrição dessa entrevista nos Anais da Casa e agradecimento pela tolerância de V. Ex^a.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SEBASTIÃO ROCHA EM SEU DISCURSO

ENTREVISTA

a Arlete Salvador

Da equipe do **Correio**

O professor de Ética e Filosofia Política da Universidade de Campinas (Unicamp), Roberto Romano, 51 anos, é um crítico do sistema político brasileiro. Para ele, o modelo de democracia em vigor no País, sem uma definição clara das funções e responsabilidades dos Três Poderes, leva a crises institucionais cíclicas. "Estamos vivendo mais uma delas", disse ele, ao analisar o momento atual, em que não faltam denúncias de corrupção, manifestações populares violentas, escaramuças entre o Executivo e o Legislativo e uma queda drástica na popularidade do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Romano foi colega de Fernando Henrique nos anos 70 no Cebrap, o centro de estudos políticos onde se concentravam alguns dos mais notáveis intelectuais da esquerda brasileira. No Governo, segundo ele, seu ex-colega parece sofrer de uma síndrome cesarista, numa referência ao imperador César, que assumiu o poder com mão de ferro após o colapso e a queda da República romana.

Correio Braziliense – O senhor gostou do discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso na quinta-feira, durante a posse dos dois novos ministros?

Roberto Romano – Fiquei muito preocupado com o futuro próximo do País depois do discurso do presidente. É o mesmo discurso da UDN dos anos 60, e todo mundo sabe no que deu. Se prosseguir no caminho adotado com a fala de quinta-feira, em que prega o uso da força para garantir a ordem, o Presidente estará dando espaço no Governo a grupos favoráveis ao golpismo, gente com décadas de serviços prestados à ditadura, como o Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA).

Correio – O senhor quer dizer que há riscos de um golpe?

Romano – Fernando Henrique vem tratando a oposição como inimiga da nação, como chegou a dizer num discurso. Com essa atitude, ele fechou os canais de comunicação entre o seu governo e seus opositores institucionais. Ele se esqueceu que um presidente da República deve ser um magistrado, o chefe da nação e, portanto, também da oposição. É próprio do sistema democrático a convivência com a oposição. Ao tratar essa oposição como inimiga, o presidente se aproximou dos grupos que, historicamente, estão ligados a movimentos golpistas no País. Não posso garantir que vai haver um golpe, mas entendo que o presidente fez uma opção perigosa. A história tem mostrado que, em momentos como o que vivemos, de crise institucional, a população

costuma dar apoio a soluções golpistas. E ele está iludido se pensa que, num momento de crise, terá o apoio desse grupo. Arrisco-me a dizer que, se houver problemas na área econômica, é a oposição que ficará do lado dele. Os golpistas costumam pular do barco nessa hora. O ex-presidente João Figueiredo sabia o que dizia quando pediu "me esqueçam". Havia sido abandonado pelos que o colocaram no poder.

Correio – *Também estamos à beira de um colapso econômico?*

Romano – É de conhecimento da classe política, da oposição, dos economistas, que a estabilidade econômica está sendo empurrada com a barriga. A paridade monetária é artificial. Não dá para sustentar por muito tempo a paridade com uma moeda tão forte como a dos Estados Unidos, uma economia muito mais poderosa do que a brasileira. Se nenhuma mudança for feita até a reeleição, como uma desvalorização do real, teremos alterações drásticas na economia no dia seguinte à posse.

Correio – *O presidente não tem razão quando se insurge contra a invasão de prédios públicos e manifestações violentas da oposição?*

Romano – Estamos vivendo um momento delicado. Já vi isso acontecer em 1962. Na época, tínhamos as ligas camponesas de um lado e os grandes latifundiários de outro. Desta vez, temos o MST com um discurso também perigoso, de rompimento com o estado de direito, e a UDR se armando para defender suas propriedades. Com o seu discurso, o presidente deu voz ao que vinham pregando os líderes dos proprietários de terra. Eles chegaram a propor que Fernando Henrique agisse como o presidente do Peru, Alberto Fujimori, ao invadir a embaixada japonesa para resgatar os reféns do grupo Tupac Amaru. Como a questão agrária envolve muita tensão, torna-se um terreno fértil para o surgimento de fascistas que pregam o uso de força como solução dos problemas sociais. Com seu discurso, o presidente não contribuiu para serenar os ânimos.

Correio – *O que é a crise institucional a que se o senhor se refere?*

Romano – Essas crises são cíclicas na história brasileira. Temos um modelo de democracia em que há uma promiscuidade entre os três poderes. No modelo clássico, proposto por Montesquieu, há um mínimo de harmonia entre Executivo, Legislativo e Judiciário, para que o Estado possa funcionar como um todo, soberanamente. É um modelo ideal, quase impossível de se conseguir na prática, mas que oferece parâmetros de como a democracia deveria funcionar. No Brasil, por uma tradição que vem do Império, isso não acontece. O Executivo é muito mais poderoso, usurpando as funções dos demais poderes. Como resultado, chegamos a um quadro em que não se consegue saber qual a função dos poderes e nem estabelecer responsabilidades.

Correio – *O senhor não está pintando um cenário muito dramático da realidade atual?*

Romano – Até o governo se enredar na batalha pela aprovação da emenda da reeleição, tínhamos uma situação mais con-

fortável. Era difícil para o governo aprovar algumas propostas, como a reforma da Previdência ou a administrativa. Mas eram disputas programáticas, de política governamental. Havia interesses corporativistas nessa batalha, mas era um processo natural. Ao colocar na pauta de discussões nacionais um problema de ordem dinástica, que é saber quem será o seu sucessor a partir de 1998, o presidente deu um caráter eleitoral às disputas no Congresso e tornou a fazer o papel do Judiciário, prerrogativa que nosso modelo de democracia lhe proporciona. Ele deve ter-se sentido roubado quando teve que negociar com o deputado de uma cidadezinha perdida no País a aprovação de projetos que lhe eram caros. Sentiu-se tentado a tomar medidas autoritárias. As medidas provisórias, como os decretos-lei na ditadura militar, são instrumentos de força. Além disso, desqualificando a oposição, ele fez como César, que colocou o povo contra a República.

Correio – *A oposição também não tem responsabilidade nessa crise institucional?*

Romano – No início do governo, a oposição adotou uma postura muito tímida, levada, inclusive, pelas relações pessoais com o presidente. Muitos políticos de esquerda eram amigos de Fernando Henrique, viveram com ele no exílio. Em alguns setores da esquerda deu-se um crédito de confiança ao presidente. Dizia-se, na época, que a esquerda não tinha argumentos econômicos ou acadêmicos para oferecer como alternativa ao Plano Real. Para mim, esses argumentos existiam. O que faltava era disposição política para a oposição. O momento poderia ter sido aproveitado para se estabelecer um diálogo franco, mesmo que duro, entre as duas partes. A oposição acabou se reorganizando e, agora, com respaldo popular, porque o governo não conseguiu ainda atender às enormes demandas sociais do País. Ficou enredado na disputa pela aprovação da emenda da reeleição.

DISSE ME DISSE

"SE PROSSEGUIR NO CAMINHO ADOTADO COM A FALA DE QUINTA-FEIRA, EM QUE PREGA O USO DA FORÇA PARA GARANTIR A ORDEM, O PRESIDENTE ESTARÁ DANDO ESPAÇO NO GOVERNO A GRUPOS FAVORÁVEIS AO GOLPISMO"

"O DISCURSO DA ORDEM E DA BADERNA É O MESMO DA UDN DOS ANOS 60"

"A HISTÓRIA TEM MOSTRADO QUE, EM MOMENTOS COMO O QUE VIVEMOS, DE CRISE INSTITUCIONAL, A POPULAÇÃO COSTUMA DAR APOIO À SOLUÇÕES GOLPISTAS"

"AO COLOCAR NA PAUTA DE DISCUSSÕES NACIONAIS UM PROBLEMA DE ORDEM DINÁSTICA, QUE É SABER QUEM SERÁ O SEU SUCESSOR A PARTIR DE 1998, O PRESIDENTE DEU UM CARÁ-

TER ELEITORAL ÀS DISPUTAS NO CONGRESSO E
TORNOU-SE REFÉM DO LEGISLATIVO"

"FERNANDO HENRIQUE VEM TRATANDO A
OPOSIÇÃO COMO INIMIGA DA NAÇÃO. COM ESSA
ESSA ATITUDE, FECHOU OS CANAIS DE COMUNI-
CAÇÃO ENTRE OS DOIS LADOS"

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – V. Ex^a
será atendido na forma regimental.

Com a palavra o nobre Senador José Serra.
(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Pre-
sidência lembra aos Srs. Senadores que o Congres-
so Nacional está convocado para uma sessão sole-
ne a realizar-se no dia 3 de junho, terça-feira, às 10
horas, no plenário da Câmara dos Deputados, desti-
nada a homenagear Sua Majestade, o Imperador do

Japão. Na oportunidade, usarão da palavra o Sr. Se-
nador Jader Barbalho, pelo Senado Federal, e o Sr.
Deputado Antonio Ueno, pela Câmara dos Deputa-
dos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – A Pre-
sidência lembra aos Srs. Senadores que, na próxima
sexta-feira, às 9 horas, haverá sessão não-delibera-
tiva.

Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai
encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Lauro Campos) – Está
encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h22min.)

(OS 13093/97)

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 2-4-97)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO**Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Eptácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

PTB

1. Emília Fernandes

PP

PT

1. Marina Silva

PDT

1. (Vago)

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella

1. Arlindo Porto

1. Antônio Carlos Valadares

1. Lauro Campos

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSE ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS, VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada : em 13-05-97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PFL

ROMERO JUCA	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/67
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB

CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	

PSDB

LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB

ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB

VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
----------------	--------------	--------------------	------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4- CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2- JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 07/04/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-VAGO (*)	
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(*) Em virtude da posse do Senador Iris Rezende como Ministro de Estado da Justiça.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 22/05/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO RQGHÁ	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 17/04/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO (*)

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES		SUPLENTEs	
PFL			
FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO *1		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
VAGO (*)		5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLYCY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

(*) Em virtude da posse do Senador Iris Rezende como Ministro de Estado da Justiça.

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 22/05/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	
PMDB			
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-VAGO (*)	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLYCY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321

(*) Em virtude da posse do Senador Iris Rezende como Ministro de Estado da Justiça.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 22/05/97.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinubing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos		PMDB	
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
Esperidião Amin	PPB		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Emília Fernandes	PTB			PSDB	
Osmar Dias(2)	PP		Franco Montoro		Yeda Crusius
	PT		Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
		Benedita da Silva	Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
		Eduardo Suplicy	Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
		Lauro Campos			

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96



EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS